

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXI, número 62, Setembro-Dezembro/2008



SEGREGAÇÃO

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Odair da Cruz Paiva

Oscar R. López Maldonado

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Fotos: Arquivo CEM

Arte: Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

ÍNDICE

TRABALHO E EXCLUSÃO

O MUNDO DOS PEÕES "RODADOS" NA AMAZÔNIA

Vitale Joanoni Neto.....5

UM ESPAÇO DEMARCADO

OS CARREGADORES PIAUIENSES NO

TERMINAL DA CEAGESP

Sueli de Castro Gomes.....10

O NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO E AS ORIGENS DA SEGREGAÇÃO URBANA EM RIBEIRÃO PRETO

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Oswaldo Mário Serra Truzzi.....15

FORMAÇÃO DE UM DUPLO NARCISO OU ANGÚSTIA EM TERRA ESTRANGEIRA

Marcela Jussara Miwa.....21

"ESMOLAR EM JARAGUÁ DO SUL NÃO DÁ PÉ"

Ancelmo Schörner.....27

MIGRAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA

ESTUDOS DE CASO EM UMA CIDADE METROPOLITANA

(CANOAS - RS)

Cleusa Maria Gomes Graebin

Danielle Heberle Viegas.....33

A SEGREGAÇÃO NA DIALÉTICA DA ALTERIDADE

Sob quantas óticas diferentes é possível se falar em segregação? Na preparação deste número da Travessia essa questão é a que mais se destacou. Em termos de migração, como deslocamento de pessoas e grupos sociais no espaço, somos levados ao terreno da geografia, dos territórios separados em que os migrantes moram, tecem suas relações cotidianas, em que se distinguem do entorno social em que vivem. Porém, já aqui percebemos que a segregação é um processo social que pode adquirir diferentes faces. Antes de tudo, falar de segregação é também falar da operação de segregar, da ação muitas vezes concertada socialmente, pela qual grupos dominantes separam outros, visando distingui-los para melhor controlá-los. Na ação da segregação, o “outro” também é freqüentemente estigmatizado, visto como uma ameaça em potencial, e por isso mantido à margem.

Mas, também há uma ação de segregação dos próprios migrantes, como uma espécie de corporativismo, em que buscam assegurar e preservar as oportunidades conquistadas na sociedade de recepção. Seria então uma “auto-segregação”, aquela da defesa do seu próprio território, no bairro em que se mora ou num determinado local de trabalho, filtrando influências possivelmente hostis do entorno em que o grupo se situa? De muitas formas, os migrantes buscam se “separar”, para melhor demarcar sua identidade pela afirmação de sua alteridade, para apresentá-la de forma positiva aos “outros” da sociedade em que se inserem, e valorizar-se socialmente. Os migrantes criam e mantêm, por meio de diversas estratégias, inclusive instituições sociais estabelecidas como sindicatos e associações, o seu território de inserção social, a sua “reserva de mercado” de trabalho ou moradia.

Enfim, tratar da segregação significa entrar nos meandros da dialética da alteridade, em que estão envolvidos os migrantes na busca de sua inserção social. Significa também colocar em questão as reações sociais e políticas, no cotidiano e na esfera pública, da gente comum e das instituições sociais, pelas quais os migrantes são segregados e colocados à margem da sociedade. A dialética da alteridade do migrante revela inúmeros aspectos da única dialética de toda a sociedade em movimento, dos que chegam e dos que estão estabelecidos, estando todos obrigados a se recompor em meio às transformações sociais, das quais a migração é a face mais visível. Porém, sobretudo, esse número da Travessia traz também à tona que os migrantes não são sujeitos passivos, mas que, com todas as suas contradições, buscam suas próprias formas de se recompor e se afirmarem socialmente.

Sidnei Marco Dornelas

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| 01 - Sazonais | 23 - Metrópole | 43 - Imprensa & Literatura |
| 02 - Cidade | 24 - Índios e Territórios | 44 - Etnias |
| 03 - Fronteira Agrícola | 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 04 - Violência | 26 - Mulher Migrante | 46 - Sagrado |
| 05 - Voto | 27 - Nomadismos | 47 - Cotidiano |
| 06 - Barragens | 28 - Meio Ambiente | 48 - Fronteiras |
| 07 - Cultura | 29 - Albergue | 49 - Narrativas |
| 08 - Trabalho | 30 - Clandestinidade | 50 - Políticas Públicas |
| 09 - Família | 31 - Festas | 51 - Preconceitos |
| 10 - Religião e Religiosidades | 32 - Memória | 52 - Legado de Scalabrini |
| 11 - Estrangeiros | 33 - Mercosul | 53 - Implicações Psicológicas |
| 12 - Educação | 34 - Associações | 54 - Espaço Urbano |
| 13 - Pena de Morte | 35 - Gerações na Migração | 55 - Brasileiros no Exterior |
| 14 - Migrar e Morar | Nº Especial - O Retorno (Sayad) | 56 - Alteridades |
| 15 - Tempo e Espaço | 36 - Um Olhar Retrospectivo | 57 - Acolhida & Hospitalidade
Bíblia e Pastoral |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 37 - Refugiados | 58 - Acolhida & Hospitalidade
Cultura e Sociedade |
| 17 - Imagens | 38 - Bairros e Vizinhanças | 59 - Filhos da Migração |
| 18 - Novas Tecnologias | 39 - Assentamentos | 60 - Perdas e Ausências |
| 19 - Identidades | 40 - Redes | 61 - Temporários |
| 20 - Saúde | 41 - Migração Laboral | 62 - Segregação |
| 21 - Emigração | 42 - Linguagens e Símbolos | |
| 22 - Retorno | | |

*É possível montar a coleção e adquirir números avulsos**

(* Números 8, 10 e 12 só disponíveis para coleção)

Forma de Pagamento

Depósito nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Bradesco; Ag. Tabatinguera nº 0515-0; c/c nº 23083-9 com envio de cópia do comprovante ou Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
() Exterior (1 ano)..... US\$ 20,00

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

TRABALHO E EXCLUSÃO

O mundo dos peões "rodados" na Amazônia

Vitale Joaoni Neto *

Nosso DNA mais profundo é a esperança

O TRABALHO (ANÁLOGO AO) ESCRAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Quando Dom Pedro Casaldáliga divulgou sua primeira carta pastoral como Arcebispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (Casaldáliga, 1971), impôs um desafio aos estudiosos da sociedade brasileira. A Amazônia, nesse período, alvo privilegiado das ações do Governo Militar, passou a sofrer um processo estimulado de ocupação por migrantes do Sul, naquilo que ficou conhecido como processo de colonização e que se propunha como substitutivo à reforma agrária. Todavia, um grande número de migrantes do Nordeste veio em busca de trabalho nas agropecuárias que se estabeleciam por toda a região.

Os incentivos de organismos governamentais como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) atraíram para a Amazônia (e para o Mato Grosso em particular), centenas de empresas com projetos variados. No caso do Araguaia matogrossense, empresas aparentemente distantes do setor da pecuária (Indústrias de automóveis, Bancos e ligadas ao setor de telecomunicações), adquiriram grandes áreas na região, passando a desmatá-las para iniciar a

criação de gado bovino.

Foi nesse contexto que expressões como "gato", "peão", "empreita" e "escravidão por dívida", entre outras, ganharam sentido e aos poucos se tornaram objeto de estudo por parte de um contingente crescente de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, naquele momento, porém, buscando o melhor entendimento do fenômeno contemporâneo.

No início dos anos 1970, no Araguaia matogrossense, a mão-de-obra vinha do nordeste brasileiro e de Goiás. Segundo Casaldáliga, os métodos de recrutamento eram as promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por "gatos" que assumiam os trabalhos nas fazendas sob o regime de "empreita", uma forma de terceirização que pretendia isentar o fazendeiro das arbitrariedades que sabidamente o gato cometia.

Os trabalhadores aliciados, chamados "peões" na região, entre os quais muitos menores com até 13, 14 anos, eram transportados até o local dos serviços e uma vez lá, eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas, alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes, tinham que construir seus próprios barracos no meio da mata para não dormir ao relento, sofriam com a altíssima

incidência de malária e tinham que pagar pelo eventual uso de medicamentos. Muitos morriam anônimos.

Os pagamentos eram efetuados como e quando o gato queria, muitas vezes apenas com vales que eram uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade do que valiam. Inútil denunciar tais crimes à polícia militar, freqüentemente conivente com as irregularidades, ou quando não, impotente para enfrentar os interesses dos fazendeiros da região. Ao fim dos trabalhos, os peões eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de sua volta para sua região de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores, muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam chegar a cinco meses), e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, permanecendo em locais públicos (praças, ruas, terminal rodoviário), reconhecidos como de concentração desse tipo de trabalhadores e aos quais os "gatos" e proprietários de terra recorriam quando precisavam de sua mão-de-obra. Seu círculo social estava restrito aos "seus iguais", andarilhos, pedintes e prostitutas, todos considerados "gente da mesma classe" (Martins,

1998, p.706). Tal resignação e apatia só se explicam pelo fatalismo sedimentado em gerações de brasileiros desprovidos de qualquer direito, expatriados ao nascer, aos quais a nação deu as costas.

Durante a década de 1980, no noroeste de Mato Grosso, vários casos foram denunciados. Famílias inteiras foram trazidas do Paraná, onde tinham casa e vida própria, atraídas por ofertas de empregos, e que ao se verem dentro das propriedades, presas e submetidas pela força de armas, aviltadas em sua integridade e dignidade, vendo seus entes queridos ameaçados, expostos à fome e obrigados ao trabalho forçado, pouco puderam fazer. Somente na região de Vilhena (RO), 239Km de Juina (MT), em 1983, em um único mês foram denunciados quatro mil casos de trabalho escravo (CIMI, 1988, p.56). Nos relatos sobre essas experiências vemos medo, o desconhecimento de direitos que, aliás, não fazem nenhum sentido para essas pessoas, a vergonha diante de humilhações sofridas. Não é fácil para essas pessoas narrarem essa experiência. No entanto, quando isso ocorre, é possível sentir sua intensidade:

Foi gente daqui [...] que trabalhava, foi no Paraná buscá gente [...] veio umas 18 famílias [...] trabalhá em serraria [...] numa fazenda. Foi pra lá que nós viemo [...] eu vim contra a vontade e tô aqui até hoje também [...] nós ia juntá dinheiro cõ rodo [...] meu Deus... até hoje nós não temo nada [...] tinha o mercado da firma nessa fazenda, então eles vendiam pra gente o preço que eles queriam [...] no pagamento, final do mês você ia lá não tinha nada porque você tava devendo tudo no mercado [...] entrou eu e minha irmã também trabalhá pra ajudá o marido, pra vê se no final do mês nós tinha o que

recebê na firma, mas chegava lá era zero engolindo zero e nós não tinha nada [...] era só o feijão, o arroz, que tinha, o sal e o açúcar [...] todo mundo comprava pouco pra ver se no final do mês tinha alguma coisa pra recebê [...] tinha leite na fazenda, mas eles não vendia pros empregado, as crianças queria tomá leite, não tinha jeito de dá porque eles não vendia [...] a minha casa [no Paraná] casa de pobre, mas eu tinha casa pra morá, era minha mesmo, tinha banheiro dentro de casa, tinha luz, água encanada, um quintal grande, era uma casa bonita, tinha três quartos, sala, cozinha, dispensa, área, era uma casa gostosa; onde o marido teve a idéia de botá tudo fora pra vim pra cá [...] o que me aconteceu de bom aqui [em Juina, na zona urbana] foi que eu não passei necessidade como eu passava, só isso mesmo, que outra coisa... [a pesquisadora perguntou: "quanto tempo ficaram na fazenda?"] cinco anos, sofremo até não querê mais... (Depoimento. Juina, 26 set. 2000).

As ações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego têm demonstrado que a prática do uso do trabalho escravo em atividades como a "cata de raízes", construção ou reforma de cercas, desmatamento, entre outras tarefas, é ainda comum no Estado. É possível notar pelo relato acima que não se trata apenas de descumprimento de leis trabalhistas. Essas pessoas são atingidas em sua dignidade e lesadas em seus direitos fundamentais. Chama-nos a atenção o tom não de indignação, mas de resignação na fala dessa pessoa. Ela poderia se lamentar dos salários e direitos não recebidos, poderia bradar contra a injustiça de que foi vítima, mas sua memória remete à promessa de riqueza que iludiu o marido como uma ponte que leva à busca das razões da vinda para o Mato

Grosso; à dureza do cotidiano de trabalho na serraria, à dor da mãe em não poder atender ao desejo dos filhos de tomar leite. Seus sonhos remetem teimosamente ao passado, à casa que ainda é sua, pois é mantida em sua memória, preservada como algo caro, terno, sinal de um tempo, talvez mitigado pela memória, que ela apresenta como feliz.

TRABALHO E MIGRAÇÃO

A migração para o trabalho sazonal em Mato Grosso é fenômeno concomitante ao processo de ocupação da faixa norte do Estado para ocupar postos de trabalho abertos nas propriedades agrícolas que se estabeleciam dentro dos projetos de colonização naquele momento (basicamente o período posterior a 1970).

Os Estados do Nordeste foram os grandes fornecedores dessa mão-de-obra. As rodovias federais abertas na Amazônia funcionaram como corredores migratórios, estimulando a busca dessas áreas. Apenas a título de exemplo, um levantamento entre estes trabalhadores no Piauí demonstrou que 71% têm renda familiar de menos de um salário mínimo; 93% dos que migram são homens; 51,7% são analfabetos ou possuem o primeiro nível do ensino fundamental; 90,8% migram para o trabalho temporário e apenas 23% declararam ter saído uma única vez, entre 1999 e 2004, para esse trabalho.

A grande motivação para a saída é a necessidade de dinheiro para sustentar a família (43,3%), ou a falta de trabalho no local (52,2%). Os destinos mais visados são os Estados do Centro-Oeste (55,6%) e as atividades realizadas estão em grande parte ligadas ao meio rural (83,9%), sendo que a cana-de-açúcar, no caso desses trabalhadores é um grande atrativo (64%).

Um dado que chama a atenção é que 31,9% dos entrevistados declararam migrar mediante o pagamento de um adiantamento do “gato”, um forte indicador de aliciamento, primeiro passo para enredar o trabalhador na teia do trabalho escravo contemporâneo (CPT/PI; FETAG/PI; Pastoral do Migrante e DRT/PI, nov. 2004).

Nas pesquisas em campo, encontramos com relativa facilidade famílias de migrantes provenientes do nordeste do Brasil com perfil próximo ao indicado na pesquisa citada. Famílias errantes que trazem em suas trajetórias as marcas de uma busca incessante por dignidade e trabalho, submetendo-se para isso a provações dificilmente compreensíveis para quem olha para este mundo de fora. Encontramos em Juina (MT), um exemplo marcante. Uma família de cearenses que, impelida a sair de sua terra, viu-se envolvida pelo grande fluxo migratório existente em nosso país e, como retirantes do século XXI foram trazidos para o noroeste de Mato Grosso. Seu relato está permeado de passagens fantásticas, produto dos múltiplos olhares que compõem esse submundo. Das dezenas de páginas transcritas, separamos um fragmento que trata da trajetória desde Barbalha no Ceará, até Juina, num retrato vivo desse grande organismo dentro do qual se dá o deslocamento populacional.

... às vezes achava um cacau na estrada e depois achava assim uma coisa verde, comia e bebia a água, aquelas água quente do meio da estrada [...] achava caça morta no meio da estrada, a gente só pelava e comia... (Depoimento. Juina, 23 out. 2000).

Impossível identificar o percurso descrito por seu Antonio e sua família. Ele tem nexos próprios. Os caminhos que

nos acostumamos a ver nos mapas, o sentido e a orientação que seguimos em nossos deslocamentos não cabem em seu relato, que expõe de modo cru um mundo de trabalho familiar árduo, de renda de centavos, de nenhuma posse, mesmo o sentido de pertencimento a um lugar lhe foi tirado; de alimentar-se quando e daquilo que for possível, mesmo que a identificação do alimento pareça incerta, “*a coisa verde*” ou a “*caça morta*”, expõe a necessidade levada ao extremo.

A comunidade católica de Juina se organizou para acolher essa família cedendo-lhe casa, móveis, roupas e trabalho. Poucos meses depois eles largaram tudo e se puseram novamente no caminho. Estamos diante da absolutização da desterritorialização. A ampla miséria vivida na origem, as claras pistas da condição de deserdados os iguala a outros tantos milhões pelo país. Estas pessoas são desprovidas de suas memórias, de seu passado reduzido à inutilidade no constante caminhar. Suas ações são comandadas pelo futuro. O passado é um lugar distante e não contamina sua rotina de diários encontros com o estranhamento, com o sempre novo e sempre difícil. Pela expectativa do que virá. Não existe ponto de partida e ponto de chegada, só o trajeto. As cidades, os empregos e os contatos, não são mais que meios, para continuarem sua eterna rota.

São os “redundantes”, na expressão de Bauman (2005, p.20). Pessoas de quem o mundo moderno deixou de precisar. Sua força de trabalho constitui-se de uma mercadoria inferior, de baixo padrão. Ao contrário do exército de reserva de mão-de-obra, com quem o capitalismo contava para uma possível inserção, os redundantes são o refugio, sobrevivem dos “benefícios” destinados pelos Governos.

Nenhum objeto é ‘refugio’ por suas qualidades intrínsecas, e nenhum pode *tornar-se* refugio mediante sua lógica interna. É recebendo o papel de refugio nos projetos humanos que os objetos materiais, sejam eles humanos ou inumanos, adquirem todas as qualidades misteriosas, aterrorizantes, assustadoras e repulsivas relacionadas acima. (Bauman, 2005, p.32).

Seria ingenuidade pensar que essa condição é mera construção teórica, que essas pessoas a desconhecem. Conhecem e expressam suas opiniões e análises quando nos dispomos a ouvi-las. Seus relatos falam de um mundo de carências profundas, de violências em múltiplas faces, mas longe de serem vítimas, aprenderam a viver nessa estreita fronteira que os separa do *mundo*. Nosso mundo, com sua organização específica, traçou normas, leis. Estas constroem espaços circunscritos e por extensão, dão existência à margem, o lugar dos excluídos de hoje.

Em um contato com uma dessas pessoas, pudemos conversar longamente sobre sua vida, seu trabalho, partilhar de sua memória acerca do mundo visto por ele, marcado por violências cotidianas, estratégias de sobrevivência aprendidas no contato com os desafios diários, relatos de enfrentamentos que valorizam a coragem e a força, valores entre os membros desse mundo:

Eles tentaro me matá. [...] Pra me cortá o pescoço no dia de Natal lá, eles riscaro o meu pescoço. Aí cortaro essa veia aqui, aqui, um risco aqui, mas não conseguio me segurá não. Porque quando vi facão, revólver, fiquei bravo demais. De cinco, aí não puderam, vieram nove, aí ficô uns dois alejado, internado. Mas funciona assim, todo mundo vendo.... (Depoimento colhido no

Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

O narrador se impõe pela retórica do valente. Ameaçado, enfrenta nove homens, deixa dois fora de combate. Em seu mundo não se pode ter medo ou não se pode demonstrar tê-lo. Não há lugar para fraquezas, menos ainda para comiseração. A luta travada contra o inimigo é a luta pela vida, os riscos cotidianos não são menores que os retratados em sua fala.

Em outra passagem de sua narrativa, ele expõe de modo simples, como trabalhadores se tornam peões rodados. No caso dele, tornou-se um “sem terra”, agrupou-se a outros acampados em área de conflito no Araguaia. Mas sua reflexão sobre como ocorre essa passagem e suas conseqüências para os envolvidos é marcante e lúcida, não apenas pela clareza, mas pela compreensão acerca da degradação da pessoa e dos efeitos disso:

A roupa vai acabando, a dignidade da pessoa vai acabando, a vergonha, a pessoa quando entra no Sem Terra a primeira vez, tem vergonha de carregá uma cesta, um homem forte, às veis, que nem nós aqui com uma cesta do governo, quantas criança com fome, um que mereceria comer como no Nordeste ou como numa favela. Um Sem Terra forte carregando uma cesta e o Governo Federal pagando, isso é uma vergonha. [e logo em seguida arremata] ... é mais fácil o homem virá um Sem Terra do que um Sem Terra virá homem... (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Vale notar que em seu relato ele troca os papéis e atribui aos nordestinos e favelados (termos genéricos e próprios do senso comum),

as necessidades que a sociedade atribui também a ele, dessa forma seu discurso vitimiza os outros e se culpabiliza com extremo rigor. Um “homem forte”, que tenha brio, deve conseguir viver do suor de seu trabalho. Viver dos favores e da piedade dos outros é inconcebível.

Quando se torna um “rodado”, um peão sem rumo, que migra de empreita em empreita, vivendo em pensões “peoneiras” ou mesmo em praças ou ruas à espera do “gato”, o trabalhador atravessa a fronteira da dignidade humana e se expõe a toda sorte de exploração. Desconsiderado socialmente, usado por sua capacidade de trabalho, o que mostra de si aos outros é a força e a valentia dentro do grupo, sem o que não consegue sobreviver. Como estratégia, esconde-se na bebida, na droga, na falta de cuidados com seu corpo, na atitude agressiva para com aqueles que teimam em lhe dirigir o olhar.

É apenas quando conseguimos ouvi-los que se rompe o disfarce e aparece a pessoa e sua história:

Eu tô aqui há um ano e oito mês sem vê meu filho, minha mulher, minha filha, tá vivendo de favor. Não tá de favor porque minha família tá mais ou menos no Rio Grande do Sul, mas eu voltá pra lá desse jeito com o saco nas costa? Volto não! [...] Meu filho tá com 15 anos, fazendo técnico agrícola, 2º ano [...] Não. Não volto [...] Não. Depois que sai, não. É melhor não saí, ficá em grupo ou (pausa) ...depois que sai e voltá com problema, não! (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Pode ser de difícil compreensão que uma pessoa que tenha uma vida organizada, mesmo que marcada pela necessidade econômica, abra mão disso por orgulho, mas essa explicação

aparece com freqüência entre esses trabalhadores. Uma vez migrados, eles recusam voltar para suas casas e para o convívio de seus familiares quando a viagem não deu o resultado esperado, mesmo que a responsabilidade pelo insucesso não lhe caiba. Se o endividamento na empreita consumiu seu salário, se a fatalidade de uma malária o atingiu e o obrigou a gastos maiores, qualquer que seja a razão, é freqüente ouvir em seus relatos que sem o dinheiro buscado, não voltam. Preferem rumar para outra empreita na expectativa de juntar algum recurso.

Bastante lúcida é a percepção sobre os locais nos quais terão chances de trabalho. Sabem que nas áreas já abertas, mecanizadas, os espaços profissionais estão tomados. Sabem que, mesmo enfrentando as situações descritas acima, a fronteira é o lugar aonde ainda tem espaço:

No Sul hoje, com o que eu sei fazê, eu não me arriscava. Eu não trabalho mais lá. Não tenho mais mercado de trabalho. E aqui eu tenho. [...] Aqui o meu trabalho eu já não posso mais fazê isso, mas no Pará eu posso, no Amazonas eu posso, no Acre, pra lá, pra qualquer lugar aonde tá difícil. Onde tá a malária, aonde tá o pistolêro, onde tá o gato, onde tá o povo é aonde o peão vai achá o serviço, porque o que é especializado não vai querê tá nesse meio. Então vai essas pessoas menos capacitada. Por isso que o pessoal diz: - mas vem do Maranhão. Aquilo tudo é gente de coragem. Que o que não tem coragem de estabilizá não vem. Vem aquele que tá com problema lá no Piauí, no Maranhão, no Tocantins, então ele vem pra cá pra enfrentá a vida e a maioria não volta. Por algum motivo uns morre. Outros fica com vergonha de voltá, que ele acha que veio pra ganhá um dinheirão, acaba não ganhando nada e cada vez vai tocando a cara mais pra frente que

nunca mais volta. E nunca ninguém sabe dele. Nunca mais dá notícia. (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Esta é uma visão da fronteira como área de limite da sobrevivência, periferia, local reservado aos sub-qualificados. Uma reprodução em proporção nacional da realidade encontrada na maioria de nossas cidades. Essa margem é o local do redundante e o narrador acima se mostra consciente dessa condição.

Uma síntese da situação dos trabalhadores migrantes nessas áreas de fronteira. Estão ali não por opção, mas por imposição. Os estudos da CPT do Piauí demonstram claramente que a maioria (95,5%), dos que viajam o fazem por falta de alternativa financeira e destes, 56% viajam com grupos de trabalhadores contratados por empresas ou aliciados por empreiteiros. Muitos caem nesse círculo das migrações, outros migram para cidades maiores em busca de trabalho e outros ainda retornam para seus Estados para migrar no próximo ano.

A Grande Cuiabá possui um cinturão de miséria à sua volta. Em Várzea Grande (MT), município desta região com pouco mais de 200 mil habitantes, 41% da população está nesta condição; 25% da população do Estado vive com R\$ 80,00 por mês ou menos (*Folha do Estado*, Cuiabá, 1º set. 2002, p.22). As taxas de abandono do ensino fundamental chegam a 29%; famílias desestruturadas vivem em barracos feitos com pedaços de madeira. Alguns vão para o trabalho diário nas propriedades rurais do entorno metropolitano recebendo R\$ 6,00 por dia de trabalho na capina. (Drumond, *A Gazeta*, 14 abr. 2002, p. 6). Esta periferia onde vivem centenas de milhares de

pessoas com histórias de vida como as já narradas, é o ponto de confluência da ineficácia do poder público com a ação incontrolada das forças do mercado. Ali viceja a cidade clandestina na qual uma gama de soluções alternativas substitui a ausência deliberada do Estado. As “gambiaras” substituem a rede elétrica e o fornecimento de água, “a arquitetura da invasão constrói a não-casa, o perueiro dirige o não-ônibus”, ali é o espaço do não-cidadão. (Moura, 2000, p.202).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de superexploração do trabalho braçal verificadas no Brasil atual não podem ser tomadas, a nosso ver, como análogas às relações de trabalho existentes entre os séculos XVI e XIX no Brasil. Não se trata de uma sobrevivência do passado, mas expressão de uma virtualidade dessa sociedade moderna que tem atingido mesmo áreas aparentemente insuspeitas (Martins, *Travessia*, jan./abr. 2004, p.5) como a agroindústria e reaparecido com triste frequência por todo o país, mesmo nas regiões metropolitanas do sudeste brasileiro.

O traço de permanência possível de ser observado entre o passado e o presente é outro. Ele não está na tentativa de confronto, ou de comparação entre o modelo de exploração de mão-de-obra legal extinto no século XIX e a prática criminosa e moralmente condenável verificada hoje; mas sim na perpetuação de uma brutal distância social entre ricos e pobres que torna o país, nas palavras de Hobsbawm, um monumento à desigualdade social.

Nossos historiadores, que são os mais perspicazes do globo, inventaram um método para corrigir o acaso; consta que as operações desse método são (em

geral) fidedignas; embora, naturalmente, não sejam divulgadas sem alguma dose de engano. (Borges, 2007, p.60).

* **Vitale Joanoni Neto é Prof. Dr. ligado ao PPGH do Depto. de História/ICHS/UFMT em Cuiabá MT.**

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt
(2005) *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BORGES, Jorge Luis
(2007) *A loteria na Babilônia. Ficções*. São Paulo: Cia das Letras.
- CASALDÁLIGA, Pedro
(1971) *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. Disponível em <http://alternex.com.br/~prelazia/igreja.htm> (acesso em 30 maio 2003).
- CIMI
(1988) *Amazônia e a investida do capital. América Latina 500 anos de conquista*. São Paulo: Ícone editora, nº2.
- CPT/PI; FETAG/PI; Pastoral do Migrante e DRT/PI
(2004) *Campanha de prevenção ao trabalho escravo e combate ao aliciamento de trabalhadores no Piauí*. Mimeo, [nov.].
- D. PEDRO CASALDÁLIGA
Entrevista a Ana Cristina D'Angelo, dez. 2007.
- DRUMOND, Ana
(2002) *Bolsão no Jardim Esmeralda*. *A Gazeta*, Cuiabá, 14 abr. Caderno B. p. 6.
- FOLHA DO ESTADO
(2002) “Mato Grosso tem muitos miseráveis”. *Folha do Estado*, Cuiabá, 1º set. Cidades, p.22. Dados da FGV.
- MARTINS, José de Souza
(1998) “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil*. v. 4, São Paulo: Cia. das Letras.
- MARTINS, José de Souza
(2004) “Frentes de Expansão. Os novos espaços dos velhos problemas”. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo: CEM - Centro de Estudos Migratórios, ano XVII, n.48, p.5-8, jan./abr.
- MOURA, Rosa
(2000) Cinco séculos de desigualdades na apropriação do solo urbano. In: SOUZA, Álvaro; SOUZA, Edson e MAGNONI Jr., Lourenço (orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE.

UM ESPAÇO DEMARCADO

Os carregadores piauienses no Terminal da CEAGESP

*Sueli de Castro Gomes**

A migração de nordestinos para a metrópole de São Paulo foi um dos fluxos mais acentuados no território nacional, fruto de um modelo econômico desigual e combinado entre as regiões Nordeste e Centro Sul. Detivemo-nos a estudar especialmente uma grande rede social de piauienses que se inseriram no mundo do trabalho na condição de carregadores no terminal de abastecimento da Grande São Paulo. Esses nordestinos demarcam a sua territorialidade, expressa na relação de trabalho, na sua origem e na sua residência.

CEAGESP MERCADO DE TRABALHO

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP – possui, entre outros equipamentos, um terminal de produtos hortifrutigranjeiros, pescado e flores. Este entreposto encontra-se instalado na Vila Leopoldina, zona oeste da cidade de São Paulo, desde 1966, período este em que chegavam a São Paulo grandes levas de migrantes nordestinos em busca de alguma forma de trabalho no espaço urbano.

O terminal da CEAGESP significa, além de sua importância no abastecimento, também um grande mercado de trabalho no qual a mobilidade está materializada sob

diversas formas de ocupação tanto na área interna, como no seu entorno. Esse centro de abastecimento ocupa uma área de 700 mil m² e tem um movimento anual de 2,4 milhões de toneladas de produtos, dos mais variados, que abastecem 60% dos comerciantes da Grande São Paulo. É o terceiro maior entreposto do Mundo e o maior da América Latina. No entorno do Terminal da CEAGESP foram se formando favelas e surgiram diversas atividades relacionadas com o Terminal que atraíram um vasto contingente de moradores de rua, os quais, em parte, alimentam-se do rejeito e executam alguns serviços disponíveis no Entrepósito.

Entre as diversas formas de trabalho que ocorrem no espaço interno do Entrepósito, destacamos o dos carregadores, trabalhadores autônomos e regulamentados, pois esses são cadastrados pela administração e formam um grupo de 3.405 carregadores.

Entre esses carregadores encontramos uma enorme rede social de nordestinos, que se inseriram nas diferentes formas de trabalho, regulamentado e não regulamentado, desse mercado de trabalho. Em meio à diversidade de formas de trabalho que encontramos na CEAGESP, a que mais nos chamou atenção foi a figura do carregador, atividade cuja expansão foi determinada, principalmente, pela rede social de piauienses. Identifi-

camos que uma grande parte dos carregadores da CEAGESP é composta por migrantes oriundos do estado do Piauí. Em geral, eles residem na Grande São Paulo, sobretudo, no município de Osasco. A partir do cadastro chegamos aos seguintes dados: 92% dos carregadores são oriundos do Nordeste do Brasil, sendo a maioria desses oriundos do Piauí, com a participação de 67% do total de carregadores cadastrados, seguidos pelos cearenses, cuja participação é de 15%. Cite-se que os municípios de origem dos cearenses são próximos dos municípios de origem dos piauienses, revelando a força dessa rede social como instrumento de mobilidade do trabalho.

Encontramos piauienses em diversas condições de trabalho: carregador autônomo, carregador clandestino, empregado de box, dono de box, ambulante, empregado nas caixarias. Estima-se que cheguem a uns seis mil piauienses..., mas é muito difícil auferir com precisão esse desdobramento da rede social.

Os empregados que trabalham nos boxes, segundo estimativas do Sindicato dos Permissionários, alcançam o número aproximado de 12 mil pessoas. Esses empregados, muitas vezes, são moradores das áreas do entorno da Companhia, ou são integrantes da rede social e moram com os seus conterrâneos. Essa categoria é a que obtém os menores

rendimentos. Na trajetória dos carregadores encontramos muitos que iniciaram trabalhando no box, até conseguirem cadastrar-se.

POR QUE SE FORMOU ESSA REDE SOCIAL NO TERMINAL?

No período de transferência do Terminal, na segunda metade dos anos 60, o grupo de migrantes nordestinos que se inseriu na atividade tinha origens mais diversificadas. Havia um pequeno predomínio de cearenses, dos quais alguns ainda estão na ativa, conforme constatamos. Acredita-se que a origem dessa rede social se deva aos cearenses de Campos Sales, município no semi-árido, próximo do limite com o Estado do Piauí. Vieram posteriormente, com mais intensidade, os carregadores de São José do Piauí e Pio IX, municípios limítrofes do Piauí e Ceará. De tal modo que a rede de informações atingiu outros municípios, intensificando-se o fluxo de migrantes em direção ao Terminal da CEAGESP.

Além dos piauienses, entrevistamos carregadores oriundos de outros estados e até mesmo paulistanos, que justificaram sua entrada na atividade através dessa rede social, por serem casados, terem outro grau de parentesco, ou por conhecerem pessoas oriundas do Piauí que foram mobilizados para esse mercado de trabalho. Há também aqueles que, em menor número, entraram nessa atividade antes da formação dessa grande rede, ou conseguiram trabalho por outro contato social fora da rede predominante.

As informações sobre as possibilidades de trabalho em São Paulo eram trazidas por aqueles que já estavam inseridos no Terminal; esses serviam de referência para aqueles

que desejavam migrar. Aqueles que retornavam eram denominados de “paulistas” em sua área de origem. Vejamos o relato: *“Eu queria mesmo conhecê o CEASA. Todo dia a gente via, chegava aqui os paulistas; chegou os paulista, os paulistas era tudo do CEASA!!!”*

A referência dos piauienses não era a cidade de São Paulo, mas sim a sede da CEAGESP. *“Você chega em São José de Piauí você não vê uma pessoa fala que vai para São Paulo, é só CEASA.”*

Alguns migrantes da década de 70 recordam que, da antiga Rodoviária, próxima à Estação da Luz, eles vieram direto para o “Ceasa”; tomavam o trem na Luz ou pegavam um táxi e chegavam sozinhos, como gostam de reforçar. Apontam as suas primeiras dificuldades: lidar com a documentação exigida para o cadastramento, bem como com as exigências para alugar uma casa. O baixo nível de instrução, a inexperiência e a falta de um fiador eram barreiras para esse migrante que vinha do campo em um tempo em que as redes sociais não estavam consolidadas.

Vejamos as lembranças do carregador piauiense da cidade de Inhumas, de quando emigraram os primeiros de seu município para a CEAGESP:

Ceasa, já tem desde 86, que vem parente aqui. Primeiro veio primo meu, chamado Jacó, baixinho [...]. Então tinha José, depois veio meu tio Zé Alfredo, irmão de minha mãe. Aí veio Jacó primo da gente, aí veio meu irmão..., veio Laura, veio..., veio Moisés. Jacó, que é irmão meu. Aí veio [...] depois eu... (Jessé)

A presença nordestina no Entrepasto aparece de diferentes formas na paisagem. Uma delas é

através da instalação de duas Casas do Norte. Elas comercializam carne seca, rapadura, farinha, cachaça, polvilho, peixe seco, queijo coalho, artesanato e todo tipo de ingredientes da culinária nordestina. No espaço interno do galpão dos carregadores também podemos encontrar todos os pertences da cozinha piauiense – desde o doce de buriti, o cajuzinho, a rapadura, até o feijão de corda, a farinha, a carne seca. Os produtos são oriundos do Estado do Piauí. Esse comércio é o registro do vaivém Piauí-São Paulo que existe no Terminal do Entrepasto. Há também a realização de missas em datas festivas, a principal delas é a Missa de Santa Luzia, em dezembro. É muito comum, entre os piauienses, na sua área de origem, a veneração por essa Santa.

Para se inserir no mercado de trabalho, o migrante se utiliza dos chamados recursos relacionais. O uso desse expediente que a relação social propicia deve passar por um acervo de informações, necessárias para que consiga obter uma nova forma de trabalho. Essas informações vão desde a trajetória, suporte no alojamento, acolhimento, indicações de datas e horários, documentação necessária, endereços, formas de execução da tarefa, até dicas de rendimento; enfim, é esta diversa gama de informações que o migrante recebe do conterrâneo que o capacita para a sua mobilização. Os vínculos comunitários ganham valor estratégico na reprodução da força de trabalho.

Existe o denominado carregador clandestino, que normalmente fica na espera por sua regulamentação. A trajetória de quase todos os carregadores cadastrados passa pelo período de clandestinidade. Os clandestinos são conterrâneos e fazem parte da rede social. Esse mecanismo funciona muito bem em período de

pleno emprego, no entanto, em momento de saturação da atividade, prevalece um comportamento segregador, pois o contrerrâneo passa a representar uma ameaça aos rendimentos. Percebemos como a coesão dos piauienses em primeira ordem possibilitava a reserva de mercado de trabalho para o grupo; entretanto, a força da modernização estilhaça o nexos dessa contrerraneidade, pois a redução da quantidade de trabalho para o carregador no Terminal estimula maior disputa e competitividade entre esses trabalhadores.

Portanto, as redes sociais possibilitam visualizar como se abrem e se fecham as oportunidades para uns e para outros. Foi possível identificar esse processo entre os carregadores cadastrados no Terminal de Abastecimento, local onde o recrutamento é fruto de um acordo entre o Sindicato e a Companhia. Esse recrutamento, baseado nas relações pessoais, permite o crescimento da rede de piauienses e configura a sua territorialidade. Em nossa pesquisa empírica pudemos mapear a rede social e refletir sobre o seu comportamento na metamorfose do trabalho, identificando a territorialidade dessa rede de piauienses nos interstícios da Central de Abastecimento.

AS REDES SOCIAIS E O TERRITÓRIO DE TRABALHO

Um carregador paraibano relata com clareza a sua inserção na CEAGESP, em momentos diferentes: o primeiro cadastramento ocorreu em 1982, diretamente na Companhia; depois, ele retornou para a área de origem, em 1992, e aí permaneceu por sete anos. Depois, migrou novamente para São Paulo e fez o seu segundo

cadastro, já intermediado pelo SINDCAR, permanecendo até hoje como carregador no Terminal. Veja-mos:

Um cunhado meu trouxe e disse – “Oh! O Ceasa é isso aqui, você se vira”. Ele trabalha numa firma [empregado de um permissionário do pescado], mas ele não apresentou na firma, nem nada, não. Aí fiquei aí, que nem mosca tonta, né, eu falei - Daqui uma semana mais ou menos, eu vou arrumar conhecimento, aí arrumo serviço, se daqui há uns oito dias eu não arrumar, eu vou procurar numa firma. Aí, meu irmão trabalhava, fazendo uns fregueses daí do Interior, me chamou. Os caras gostaram do meu serviço, aí eu fiquei fazendo toda semana, uma vez, duas vezes, por semana [...] Eu tava clandestino, né. Fiquei pouco tempo. O pessoal sempre dava em cima de mim. Aí eu vim aqui e consegui tirar documento, aí tirei documento, trabalhei um tempão. Aí fui lá pro Nordeste, fiquei sete anos sem vir. Depois quando eu vim, já tava cancelado, tornei a tirar de novo, foi dessa viagem. (Antonio)

O depoente nega que o contrerrâneo o tenha apresentado em um Box ou similar e se coloca em uma situação de extrema autonomia para conseguir uma oportunidade de trabalho. Mas, logo em seguida, surge durante a entrevista a figura de um irmão que estabelece contatos para sua inserção, mesmo que de forma clandestina. Em mais de uma entrevista aparece essa situação, em que o migrante responde que chegou sozinho, ninguém o ajudou, e que ele foi atrás de trabalho sem apoio de outros. Esse discurso revela que para alguns migrantes a rede social não é explícita e esses procuram mostrar, em determinado momento de

suas vidas, que conquistaram seu espaço de trabalho, independentemente do outro, principalmente se for contrerrâneo. Esse processo que ocorreu com o paraibano, também aparece entre os piauienses.

Joaquim não veio direto para a sede da CEAGESP. Em 1975 trabalhou em Cubatão, depois mudou-se para o Jardim Rochdale, no Município de Osasco. Conheceu o Terminal por intermédio de um colega de oficina de trabalho. Foi para comprar milho e lá encontrou um conhecido. Veja o seu relato sobre a sua inserção na CEAGESP:

Aí eu vim com ele, quando eu cheguei aqui aí ‘Vamos dá uma volta pra conhecer’, aí teve um contrerrâneo, quer dizer ele do Ceará, eu do Piauí, carregador, já intê faleceu. Aí foi falou, disse – ‘Piauí, tu quer [...] carreta de melão, 20 saco, é só subi em cima do caminhão’. – ‘Então, tá.’ - ‘Segunda-feira, cedinho você teje aqui às quatro horas, pra trabalhá mais eu’. Comecei a trabalhá com ele.[...] Aí comecei a trabalhá, trabalhei quatro meses, cinco meses, seis meses. [...] Ele era carregador, como eu, só que eu não era. Aí, ele me chamou para trabalhá pra ele; Aí, nós descarregava melão, descarregava manga, uva que vinha do Paraná, descarregava manga, todo tipo de fruta, nós carregava, a semana toda. Ele tinha, mais ou menos, umas oito pessoas, mais eu. [...] Aí, ele foi embora e eu entrei na vaga dele. Aí eu fiquei conhecendo o CEASA. Nesse tempo todo, foi em 80, eu casei e fui embora para o Piauí, voltei em 87. Aí já vim para o CEASA, já conhecia mais ou menos aqui. Aí, eu tirei meus documentos de carregador, no dia 22 de setembro de 87. (A primeira vez que

veio para São Paulo, foi em 75...) Em 80, eu trabalhei aqui quase um ano, aí eu casei e fui embora para o Norte." (Joaquim, 52 anos)

O cearense oferece a oportunidade de trabalho para o piauiense, relação estabelecida por vínculos de confiança e, em contrapartida, o piauiense trabalha em troca de uma porcentagem, o trabalho não pago gera um maior pecúlio para o cearense, que tem a seu favor o cadastro, que se torna um "bem" que o outro trabalhador não tem. Essas formas de relações são constitutivas das construções da territorialidade presente.

Oswaldo veio de Picos (PI) e está há um ano na CEAGESP. Ele foi inserido por um vizinho. Enquanto esperava o cadastramento, trabalhava como auxiliar de seus conterrâneos. Eram dois irmãos trabalhando juntos; eles tinham um acordo para descarregar um caminhão. No caso, o valor desse serviço varia de R\$ 250,00 a R\$ 400,00. Oswaldo, que era ajudante recebia o valor de R\$ 40,00 por caminhão, o que lhe dava um ganho de R\$ 120,00 por semana (3 ou 4 caminhões por semana). Esse valor o ajudava a pagar os custos do cadastramento. O carrinho foi pago pelos conterrâneos, mas depois ele pagou por esse empréstimo.

Por causa das pessoas dá uma força pra gente assim. Pessoa que é mais conhecida aqui dentro, [...] "eu quero colocar fulano, aí, a pessoa e tal..." [...] Aqui é por indicação, é tudo assim. Como uma firma, vai trabalhar numa firma, hoje em dia [...] 'Vou trazer meu irmão, trazer cunhado, trazer vizinho. Em todo lugar é assim. (Oswaldo)

Esse processo de inserção é o mais

comum, pois eles usam as mais diversas expressões como "...pra me dar uma força, pra eu não ficar parado...". Hoje Oswaldo trabalha como autônomo cadastrado, com seu parceiro, conterrâneo da mesma cidade. Depois do vaivém entre Picos e São Paulo, como pedreiro, ele está há um ano e dois meses trabalhando como carregador.

Outros depoimentos revelam o papel do Sindicato no reforço e ampliação da rede social, pois para o trabalhador se inserir como carregador ele deve possuir a informação da abertura do cadastramento, e essa informação passa primeiramente pelo Sindicato. Assim, as pessoas mais próximas do Sindicato terão "*de primeira-mão*" essa informação e avisarão seus parentes e conhecidos sobre essa oportunidade. Entre a data da abertura e a divulgação da notícia desse processo de abertura das vagas existe um tempo muito pequeno, uma semana, ou apenas um dia. Então, o indivíduo que quer pleitear a vaga já deve estar em São Paulo, ou vir para São Paulo a tempo de conseguir cadastrar-se. Assim, esse processo de recrutamento acabou consolidando essa rede social. Vejamos outro depoimento:

Tinha essa vaga, aí eu fui e entrei nessa vaga [...] O meu sogro (piauiense) era aí de dentro e me deu um toque, aí... daqui primeiro [sindicato] e depois eu vou pra lá [cadastro]. (Samuel)

Samuel, que foi inserido pelo sogro, já inseriu o primo de sua esposa, que também veio do Piauí. Esse primo que foi avisado na área de origem, já veio com o serviço garantido por ter tido acesso à informação sobre a existência da vaga.

O que no meio empresarial pode ser

chamado "reserva de mercado" vamos interpretar como a constituição de uma territorialidade, na qual o poder da informação possibilita a mobilidade do trabalho e reforça a constituição de um território. Para a Companhia, ter os carregadores indicados pelo Sindicato significa uma forma de diminuir a probabilidade de ter no espaço interno pessoas que não ofereçam confiança. Em uma área em que circula uma diversidade de pessoas "estranhas", busca-se inserir as chamadas pessoas de confiança, aquelas que são indicadas. Caso essas pessoas apresentem algum comportamento que possa transgredir as regras internas, como roubo, vandalismo ou brigas, esse carregador não é mais aceito no recadastramento e está fora das indicações do Sindicato.

Vejamos mais uma fala de outro carregador, que reforça a construção da territorialidade reforçando a rede social: "*Naquele tempo era carta para apresentar. Hoje é diferente, é com Zé Pinheiro, aqui tem que falar com o chefe, aqui só se tiver aval...*" (Carregador).

A rede social de piauienses é anterior à formação do sindicato, em 1990, conforme os registros dos depoentes. No entanto, o acordo entre o Sindicato¹ e a Companhia, de inserir seus indicados, reforça as fronteiras da demarcação desse território. A partir do depoimento acima, somado a outros registros, concluímos que os primeiros contornos dessa grande rede de piauienses foi se formando à medida em que foi sendo introduzida a exigência de uma carta de apresentação, assinada por outro carregador, o que estimulou o crescimento da rede social. Porém, esse fator isolado não justifica por si só a formação dessa rede de relações.

Em vários depoimentos aparece a expressão "*ter conhecimento*" que,

na verdade, significa ter contatos. Há uma valorização, na rede social, da importância dos contatos para se inserir na atividade, tanto nas primeiras apresentações quanto na possibilidade de ter clientes permanentes, que garantam os rendimentos. Ter algumas informações estratégicas nessa atividade garante a manutenção desse trabalhador.

Essa rede de piauienses transbordou a categoria dos carregadores; aqueles que conseguiram um acúmulo de pecúlio compraram um Box, tornaram-se permissionários e contratam, como empregado, outros piauienses. Um desses permissionários relata que é mais fácil inserir o conterrâneo como empregado do que como carregador, pois as vagas controladas pela administração do Terminal são limitadas:

Prô pessoal que vem aí, a minha firma aqui é uma escola. Ele vem aqui, nêgo anda, sobe e desce aí, ninguém quer dá oportunidade. Aí eu falo: 'Pagá pra você, eu não pago, mas se você quiser aprendê, depois que você aprendê, vai chovê de nêgo querendo o seu serviço. Isso depende de quem? Depende de você, eu tô te dando a oportunidade, é você que tem que trabalhá' (...) Tem deles que se empaca, mas 90% do pessoal que eu treino, graças a Deus, arruma serviço em outras firmas bem mais fácil do que antes. Quando o pessoal chega, ninguém acredita no cara...a turma vai mais no que eu conheço – foi indicado por ele, então eu vou dar uma força. (Atacadista)

Este atacadista é muito conhecido na sua cidade, o que leva muitos conterrâneos a lhe pedirem uma

oportunidade e um apoio em São Paulo. No Terminal, seus colegas atacadistas, piauienses ou não, pedem que ele indique alguém para ser vendedor ou carregador nos boxes, que já seja treinado; então ele acaba realizando esse papel no processo de inserção dos migrantes piauienses na CEAGESP. Em contrapartida ele tem uma mão-de-obra farta e disponível com o mínimo de custo, na condição de aprendizagem, segundo o seu depoimento.

CONCLUSÃO

Neste artigo procurei enfatizar o caráter relacional que as redes sociais promovem, atuando como um tipo de controle, que tem o seu movimento próprio, em que a territorialidade é dinâmica, resultado da interação de outros territórios coexistentes no mesmo espaço.

A prática sindical da categoria dos carregadores acaba expressando a materialidade da rede dos piauienses ao determinar o seu território de trabalho, quando negocia a delimitação da sua atividade na área interna do Terminal, barrando a entrada de chapas, delimitando a atividade dos funcionários na área das plataformas, pedindo maior fiscalização contra os clandestinos, em uma tentativa de preservar essa tarefa, condenada pelo processo de modernização do mercado e da circulação da mercadoria.

No que se refere aos territórios de grupos regionais ou culturais, encontramos uma significativa rede social de piauienses, que a partir dos laços da conterraneidade delimitaram o espaço de trabalho. Para tal processo, o Sindicato contribui, reforçando-a, quando junto com o Estado faz a triagem desses trabalhadores, manifestando assim uma coesão da rede social. Esse grupo regional deixa

a sua marca ou forma de expressão, como as Casas do Norte, localizadas no Terminal. No repertório musical que algumas vezes escutamos quando caminhamos por esse espaço, no linguajar, e em manifestações esporádicas e subliminares, que os diferenciam dos outros trabalhadores.

A circulação das mercadorias e o comércio de diferentes produtos alimentícios também compõem um território próprio para cada tipo de produto, interligando os produtos até o consumidor final. O 'nó' dessa conexão acontece no Terminal de Abastecimento. Esses territórios possuem escalas diversas e envolvem questões econômicas, políticas, culturais e relacionais de formas e intensidades diferenciadas. No entanto, mantêm a sua coexistência. Essa coexistência é comum nos espaços metropolitanos em que as territorialidades são contínuas ou descontínuas e se entrelaçam. Fenômeno que, ao nosso ver, é fruto do processo de modernização.

Se esse território, no Terminal, existe para alguns, os cadastrados, a desterritorialização está presente para outros, os clandestinos. Na competição por trabalho estimulada pelo processo de modernização e flexibilização do trabalho, o território dos carregadores piauienses cadastrados se consolida.

*** Sueli de Castro Gomes é Geógrafa, Dra. - Dpto. Geografia/FFLCH/USP.**

NOTA

1 - Encontramos no conjunto das entrevistas apenas um caso que não se refere à indicação por "cartucho", apresentação por indicação e que também não segue o caminho da rede social. O caso de Raimundo, baiano de Sapeaçu, está há dez anos no setor do Pescado. Ele foi pedir ao presidente do SINDCAR que o "ajudasse"; ele era um ex-gari desempregado, com oito filhos, em 1997. Ele atribui ao fato da sua condição de pai de família ter conseguido a vaga pleiteada.

O NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO E AS ORIGENS DA SEGREGAÇÃO URBANA EM RIBEIRÃO PRETO

*Adriana Capretz Borges da Silva Manhas **
*Oswaldo Mário Serra Truzzi ***

Embora um povoado tivesse começado a se configurar com a demarcação do patrimônio de São Sebastião em 1856, o desenvolvimento urbano realmente significativo em Ribeirão Preto teve início apenas no último quartel do século XIX, quando a expansão cafeeira atingiu as “terras roxas” e os cafeicultores paulistas impuseram-se sobre os antigos pecuaristas mineiros que detinham a posse do solo. Se nos primeiros tempos todas as atividades urbanas se concentraram na região central, uma primeira expansão ocorreu já no ano de 1887, com a criação do núcleo colonial Antônio Prado. Apesar das características favoráveis ao seu progresso - formado de imigrantes, em sua maioria, italianos, com profissão urbana e pecúlio para aquisição do lote no novo país - este núcleo teve sua área desvalorizada diante do restante da cidade, dando origem aos territórios de pobreza da zona norte de Ribeirão Preto.

Concebido para constituir um “viveiro de mão-de-obra” para as lavouras de café que atingiram a região, bem como de provê-la de gêneros de subsistência, que eram caros e escassos na época, acabou servindo à burguesia dominante como depositário de tudo o

que ela desejava esconder: fábricas, hospitais e agentes de contaminação, animais e, sobretudo, pessoas pobres, incluindo operários e imigrantes. A sociedade receptora os desejava para o trabalho, mas os rejeitava para o convívio social. O isolamento espacial causado pela dificuldade de acesso, infra-estrutura urbana precária e presença de equipamentos urbanos indesejáveis foi responsável pelo isolamento da área que, ao longo dos anos, transformou-se em “outra cidade” dentro de Ribeirão Preto.

A bibliografia referente aos núcleos coloniais no Brasil mostra que este tipo de empreendimento fracassou devido à distância que os loteamentos rurais se encontravam dos núcleos urbanos já consolidados e também às condições de vida dos imigrantes, que permaneceram isolados e com poucos recursos. Por outro lado, aqueles mais recentes fundados no Estado de São Paulo prosperaram, em sua maioria, e tiveram modernização e diversificação cultural, além de garantirem, em nível individual e familiar, a própria ascensão social. Seguindo esta lógica, era de se esperar o mesmo destino para o Núcleo Colonial Antônio Prado. O seu projeto urbano e as formas para aquisição dos lotes

preconizavam que este viria a se tornar uma cidade próspera ou então que viesse a se unir àquela já existente. Entretanto, o que se pôde observar da área originada deste núcleo, ao longo de todo o século XX, é que esta se transformou em uma cidade dentro de outra, permanecendo isolada socialmente, embora integrada geograficamente a Ribeirão Preto.

Estratégias para a criação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto e seu funcionamento

No auge da monocultura cafeeira, no final do século XIX, os gêneros de subsistência no Estado de São Paulo ficaram escassos e cada vez mais caros; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos. Isso fez com que na segunda metade da década de 1880, os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes, resultando na fundação de vinte núcleos no Estado de São Paulo entre 1885 e 1911. Entre

eles, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o de Antônio Prado, implantado no ano de 1887. A proposta era que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira. Seguindo o regulamento aprovado pelo governo imperial em 1867 que estipulava um projeto para os núcleos coloniais, sua área foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, sendo uma sede, com lotes menores – também chamada “seção urbana”, concebida para funcionar como uma administração do núcleo – e quatro seções, formadas por lotes “rurais”, que eram maiores. O valor do metro quadrado dos lotes da sede era dez vezes superior ao valor da mesma área em uma das quatro seções “rurais” e para adquirir um, era necessário que o candidato exercesse algum tipo de ocupação urbana. A criação e administração do núcleo eram de responsabilidade da Inspetoria de Terras e Colonização e da Agência Central de Imigração (substituídas em 1897 pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado), que também zelavam pelo seu funcionamento, até a quitação da maioria dos lotes, que ocorreu no ano de 1893. A partir daí, o núcleo foi “emancipado”, e sua área foi incorporada ao município. A configuração espacial do núcleo colonial dava claros sinais de que este, posteriormente, poderia se tornar uma parte integrante e importante, economicamente falando, da cidade, visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede destinada para área urbana, das dimensões dos lotes urbanos e rurais, diferença do valor entre eles e da proximidade com a linha férrea para escoamento dos produtos.

Ocupando a maior parte da atual zona norte da cidade, o Núcleo Colonial Antônio Prado foi localizado nas terras

devolutas demarcadas em função da Lei de Terras de 1850, as quais se encontravam na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, que juntamente com a Estrada de Ferro da Mojiana, constituíram importantes condicionantes físicos para o seu desenho final. Quando o núcleo foi implantado, a área urbana de Ribeirão Preto contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do Largo da Matriz. Inicialmente, seus lotes funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região, onde os imigrantes produziam milho, arroz, feijão, fubá e criavam animais, utilizando-se da estrada de ferro Mojiana para escoar a produção para outros municípios. A propriedade havia sido adquirida sob condição de cultura e morada efetiva e outras obrigações para com o lote que deveriam ser rigidamente cumpridas, sob pena de perda pelo não cumprimento. Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas em seu interior, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira: até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como a cerveja produzida pela Livi & Bertoldi, fábricas de caramelo (para atender a produção de bebidas) e as diversas fábricas de sabão e cadeiras. Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços manufatureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de “carros de aluguel” e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de

mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, havia uma grande quantidade de olarias e depósitos de materiais.

Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços, os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda após a emancipação em 1893, quando os lotes originais puderam ser comercializados sem a intervenção do Estado. Com isso, o patrimônio público que era formado por suas terras foi transferido para o domínio privado e deste momento em diante, a distinção antes existente entre os lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. A partir daí, a classe trabalhadora pôde adquirir lotes inteiros ou frações destes junto aos primeiros proprietários, para a formação de chácaras ou para a construção de casas para moradia ou aluguel, embora não alcançassem grandes preços devido à localização suburbana e à falta de investimentos públicos. As seções que possuíam mais fácil acesso ao núcleo urbano principal, que eram a sede e a terceira seção, foram “reloteadas” antes das demais, abrigando as mais diferenciadas atividades econômicas, não significando, entretanto, que tenham recebido serviços de intra-estrutura urbana prontamente. Ambas constituíram logo nos primeiros anos o bairro conhecido por “Barracão”. A área correspondente a esta terceira seção, juntamente com o bairro Retiro (que já existia às margens do córrego Retiro) era chamada “Barracão de Baixo”, para distinguir do “Barracão de Cima”, que correspondia à área da sede, próxima à linha da Ferrovia Mojiana. Posteriormente, o Barracão de Baixo passou a se chamar Campos Elíseos e o Barracão (de Cima) teve seu nome alterado para Ipiranga

somente na década de 1960.

Sanear, embelezar e segregar? A “geografia social” da cidade

Ribeirão Preto, que constituía um povoado ainda tímido, apesar de sua localização privilegiada no Estado, também assistiu ao início de sua modernização a partir da chegada da Mojiana em 1883, em função da expansão cafeeira. Até então, as modificações urbanas haviam acontecido lentamente. A partir daí, teve início uma série de obras de infraestrutura, começando pela retificação dos primeiros trechos do ribeirão Preto entre 1883 e 1884, permitindo a ampliação da área central com a construção de duas ruas, canalização de água em 1897, além do estabelecimento do Serviço de Higiene e Desinfecção (tendo como anexos o Serviço de Limpeza Pública e o Serviço de Arborização de Ruas), luz elétrica e diversas outras melhorias urbanas, todas localizadas apenas no chamado “quadrilátero central”.

O urbanismo sanitário pregava a implementação de soluções técnicas como a construção de vias diagonais para circulação dos ventos e obras de saneamento, redefinindo os modos de apreensão do espaço e do desenho urbano, com a demarcação das curvas de nível, que facilitavam a drenagem natural. Cabia ao Estado reverter uma tendência patológica e moral, controlando os aparelhos de salubridade e de higiene, e alterando as normas de funcionamento da casa. Entre esses aparelhos, estava a canalização de esgotos, a drenagem de água estagnada, responsável pela umidade das habitações, a distribuição da água pura em domicílio, a organização da evacuação das águas servidas, a limpeza das ruas e a coleta de lixo, garantindo

assim, livre circulação do ar e da luz. Entre as soluções técnicas estava incluída a setorização dos equipamentos, de forma que na região central deveriam ficar apenas as residências e edifícios de representação do poder público; hospitais, cemitérios e tudo o que supostamente pudesse causar doenças, de acordo com a teoria dos miasmas, deveria ser afastado do contato com a população, bem como as fábricas e agentes poluentes. Seguindo o pensamento higienista e a necessidade de destruição dos miasmas como forma de destruir os odores da corrupção moral, as cidades também passaram a elaborar os seus “Códigos de Posturas”. O município teve suas primeiras “Posturas Municipais” em 1889, com a maior parte das especificações referentes aos alinhamentos, dimensões e espaçamentos entre as construções. Embora rudimentar, foi rápido ao abordar os limites entre esta área e o núcleo urbano principal, começando a delinear os contornos da “geografia social” da cidade, e não mais espacial, que destinou toda a zona norte, externa ao “quadrilátero central”, ao território da pobreza.

A habitação operária era considerada o “ponto vulnerável” do sistema de defesa da higiene urbana. Por isso, o processo de desodorização do espaço urbano procurava disciplinar o proletariado e controlar os atos do trabalhador. A noção de conforto passou a ser associada à de civilidade. Rolnik (1997, p.47) explica que o chamado “modelo higiênico de habitação” consistia da casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos, sendo que a “chave” da eficácia na demarcação de um território social preciso reside justamente no preço. A definição de um “padrão” – casas isoladas em lotes e recuos grandes – desenha uma “muralha invisível” na cidade, cujo acesso é dado apenas para

quem pode pagar por esta mercadoria exclusiva.

Este início de zoneamento levou à desigualdade no preço da terra e, portanto, à política de exclusão, que visava expulsar focos de doenças – e também os pobres – do convívio com a burguesia. Aqueles que podiam pagar pela infra-estrutura e exigências construtivas ficavam na região central, privilegiada, servida de infra-estrutura e serviços urbanos. A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa “higiênica”, partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, encontrando-os no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, na região periférica. Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, que veio a constituir a zona norte pobre da cidade, não pode ser interpretada como consequência exclusiva de barreiras físicas – os traçados do ribeirão Preto ou da Estrada de Ferro, tendo estes sim servido de justificativa à marginalização imposta a seus habitantes.

Na verdade, tais condicionantes físicos foram secundários, quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, sobretudo se atentarmos para a localização no núcleo de equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ficar relativamente afastados do meio propriamente residencial. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infra-estrutura urbana tardou demais a alcançar devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a desvalorização daquelas terras, tão logo estas adentraram o mercado imobiliário.

Além de depositário privilegiado das obras de embelezamento, do centro (e das elites que o habitavam) deveriam ser “afastados” todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi

a remoção do Cemitério, localizado na atual Praça Sete de Setembro desde 1888 e, portanto, numa zona privilegiada da cidade. A área escolhida para a instalação do novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, foi a do Núcleo Colonial Antônio Prado. Este foi aos poucos se constituindo em uma espécie de “cidade invisível” (à elite), conforme Lapa (1995, p.325) sugeriu analisando o caso de Campinas: uma vez que não era possível eliminar indigentes, criminosos, doentes, prostitutas, vivos ou mortos, pois o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira, era possível “invisibilizá-los”, remetendo-os a uma cidade que se contrapunha ao centro saudável e bem-comportado. Assim como o Cemitério, havia necessidade de construção de um Hospital de Isolamento de Leprosos. O “leprosário” ou “lazareto”, como era chamado, foi inaugurado em 1897 juntamente com um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, no lote 24 da Segunda Seção do núcleo. Os hospitais de isolamento eram vistos com tanta repugnância quanto seus internos, tratados como supostos promíscuos, alijados do convívio social porque presumidamente insalubres, confinados como penitentes, até que morressem. Havia, porém, distinções de classe. Se os pobres eram internados e tinham seus pertences pessoais e moradias expurgados, aos mais abastados era permitido o isolamento domiciliar. Da mesma forma que o cemitério e o hospital de isolamento, o Matadouro Público igualmente foi removido da área central, às margens do Córrego Retiro, onde se encontrava desde 1874. Seguindo as novas exigências de ordem sanitária, o matadouro foi instalado definitivamente em 1903, próximo à Sede e Terceira Seção do Núcleo. Por fim, hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da

cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes.

A falta de investimentos de infraestrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica e social imposta pelas leis sanitárias.

Cuidar dos pobres ou investir em suas condições de vida não era prioridade da política urbanística da República Velha, uma vez que o contingente populacional dos territórios populares correspondia à baixíssima representatividade entre eleitores e eleitos. Esta situação somente viria a mudar com a Revolução de 1930, a partir da qual as classes médias e os trabalhadores passaram a ser entendidos como interlocutores políticos, ainda que sob a égide do populismo. Por isso, muito lentamente, obras de infraestrutura foram incorporadas ao Barracão, a maior parte delas, somente após intensas – e muitas vezes inúteis – mobilizações dos moradores. Na década de 1930, o Barracão ainda não dispunha de água encanada e começou a receber atenção por parte da administração pública somente após a década de 1940, quando foram intensificados os loteamentos populares em terras disponíveis do núcleo colonial.

O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área. Artigos que a indústria não supria ou cujo lucro não compensava o alto

custo com o transporte passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de “fundo de quintal”: fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens. Mas apesar desta atividade espontânea, a verdadeira “vocaçao industrial” que a área apresentou foi resultado do Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, segundo o qual, fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública eram proibidas dentro da povoação. Na prática, porém, tais restrições não abrangiam a área do núcleo. Os grupos escolares se localizavam em sua maior parte também no Quadrilátero Central, voltados para os filhos da elite, enquanto as escolas profissionalizantes se instalaram no Barracão, com o objetivo de formar a classe operária. Por conta da concentração industrial e de mão-de-obra na área do núcleo, no ano seguinte à implantação da Companhia Metalúrgica, em 1922, foi construída a Escola Profissional Mista, em uma parte da Chácara Olympia, que fazia limite com a Terceira Seção do Núcleo. Trinta anos antes, o centro da cidade já tinha seu grupo escolar, onde os futuros médicos, engenheiros, advogados ou professores, filhos da elite cafeeira, podiam estudar.

Ao final dos anos de 1940, a já consolidada área industrial da cidade, constituída dos bairros surgidos do Núcleo Antônio Prado, ganhou a primeira instalação da Escola SENAC do interior paulista, exatamente na Quarta Seção do núcleo. Na mesma época, era criada a Faculdade de Medicina, que viria a constituir o Campus da USP na antiga Fazenda Monte Alegre e ainda o centro da cidade ganhava outra instituição de ensino notável, o Colégio Brasil. Este, posteriormente, passou a oferecer cursos profissionalizantes de Técnico de Contabilidade, Auxiliar de Laboratório e Supletivos, bem diferentes dos cursos disponíveis no SENAC, voltados para a

formação de operários.

Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre e a cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residisse grande parte dos trabalhadores. A “metrópole moderna e progressista”, como anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto no exterior, era restrita à burguesia local, que construiu, ao longo dos anos, uma cidade para poucos. Designando aos excluídos as submoradias e tudo aquilo que era indesejável, inviabilizou o convívio social no espaço público, pela inexistência de lugares propícios a essa prática, em tudo contrastante com as praças ajardinadas na área central da cidade. O urbanismo higienista foi o grande aliado na manutenção dessa lógica, implementada pelas Posturas Municipais.

A representação imaginária do pobre justificava, portanto, a aplicação de uma política autoritária, que lhe inculcaria bons modos, hábitos racionais para comer, morar e divertir-se. Entretanto, por mais “civilizado” que o “outro” se transformasse, ele ainda estaria ali, no contato com a burguesia. Assim, o Núcleo Colonial Antônio Prado veio resolver a mais delicada questão: afastou de vez a classe operária, juntamente com toda a população pobre e o imigrante, todos aqueles com os quais a burguesia não se reconhecia. Por isso, em sua criação, o núcleo foi bem-vindo. Após instalado, foi hostilizado.

Marcos de uma sociabilidade própria

Em boa medida, os habitantes do Núcleo Colonial Antonio Prado mantiveram as características dos bairros rurais paulistas estudados por

Queiroz (1973). Uma vez que viviam em casas precárias, utilizavam técnicas e processos rudimentares, consumiam o que plantavam, vestiam roupas fiadas e tecidas por eles, empregando utensílios fabricados em casa, comiam doces feitos pelas próprias mulheres da família, vendiam na cidade galinhas e porcos, assim como as sobras da produção. Ou seja, constituíram uma agricultura de subsistência que permaneceu organizada e atuante ao mesmo tempo em que a cidade se modernizava. Constituíram um grupo de vizinhança em “habitat” disperso, mas com um traço psicológico marcante: o “sentimento de localidade”, estabelecendo sociabilidades próprias. Entre as primeiras atividades urbanas exercidas, seus moradores destacaram-se na prestação de serviços, como carroceiros e vendedores ambulantes, evidenciando tentativas de sociabilização com a cidade, sem que o oposto acontecesse.

A religião foi um meio pelo qual os imigrantes estabeleciam entre si laços de união e sociabilidade e reforçaram uma identidade comum entre eles e o restante da cidade. Majoritariamente católicos, encontraram na religião um refúgio e um ponto de referência estável em suas vidas nas novas terras. Por isso, preservaram o hábito de participar de missas e de festejar os santos da igreja católica. Em 18 de outubro de 1892, os moradores se reuniram em um abaixo-assinado pedindo o lote 7A da Sede, juntamente com algum auxílio financeiro, para a construção de uma capela. Como o Núcleo ainda não havia sido emancipado nesta ocasião, o pedido foi feito ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Jorge Tibiriçá, que negou o pedido, alegando que o Estado não podia conceder subvenções ou auxílios a nenhum culto, cujo exercício é inteiramente livre, sem dependências nem relações oficiais.

Mesmo assim, os colonos se uniram na construção de uma capela menor, que foi a de Santo Antônio, na Segunda Seção, demolida na década de 1980, para dar lugar à Igreja São Pedro. Há relatos da participação dos moradores do núcleo na construção das outras maiores igrejas da cidade, como a Catedral Metropolitana (entre 1904 e 1911) e a de Santo Antônio de Pádua, na Terceira Seção (atual bairro Campos Elíseos). Segundo seus descendentes, isso constituía, muito mais do que um trabalho, um ato simbólico religioso, havendo muita união e empenho. Desde essa época, o bairro Campos Elíseos abriga as festas mais típicas dos santos italianos, como a de Santo Antônio de Pádua e a de São Genaro, bem como as tradicionais quermesses e festas de sanfoneiros.

Além da religião, militaram também em associações, que contaram com a presença significativa dos imigrantes italianos em todo o Estado de São Paulo. No caso de Ribeirão Preto, uma parte dos imigrantes que se instalaram no núcleo colonial, possivelmente já chegou com a intenção de trabalhar na cidade, adquirindo para tanto um lote, o que leva a crer na vinda de algumas pessoas não de todo despolitizadas. Além disso, por meio das atas das associações italianas na cidade de modo geral, notou-se uma participação, ainda que pequena, dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, com alguns deles ocupando cargos de direção nessas associações.

Tais associações italianas tinham um caráter preferencialmente de beneficência e mútuo-socorro, devido ao atraso ou ausência de legislação social que amparasse os trabalhadores imigrantes em seu novo país, além do desamparo e da lentidão da estrutura diplomática italiana no serviço de assistência aos necessitados, esta supostamente responsável pela denúncia das injustiças de que aqueles eram

vítimas. Entre as associações tradicionais da cidade que não tiveram ligação com a imigração (Sociedade Legião Brasileira, Rotary Clube, Sociedade Recreativa de Esportes, Clube de Regatas entre outras), não foram encontrados nomes de moradores da área de estudos entre seus sócios ou dirigentes, provavelmente por serem estas freqüentadas apenas pela elite.

A partir da iniciativa de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação da São Paulo-Minas (localizada nos Campos Elíseos, Terceira Seção), no ano de 1916 formou-se um time de futebol, legalizado no ano seguinte como “Palestra Itália Futebol Clube”, mantendo entre seus sócios-fundadores vários moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado. No ano seguinte à formação do Palestra Itália, os moradores de outra antiga região, a Vila Tibério, criaram o “Botafogo Futebol Clube”, constituído principalmente de trabalhadores da Mojiana. Devido à proximidade deste da Sede do núcleo colonial, esta região passou também a se identificar com o Botafogo, contrapondo-se aos torcedores do Palestra Itália, na Terceira Seção.

Uma cidade dentro de outra

Ao longo dos anos, as terras permaneceram em grande parte entre as primitivas famílias e os bairros originados foram sendo gradualmente engolfados na malha urbana da cidade, na medida em que esta se expandia. Contudo, a área do núcleo foi permanecendo como uma ilha em meio à expansão urbana, como se a cidade fosse “desviando” de seu traçado para crescer. Ao mesmo tempo, consolidava-se como uma região com características próprias, com seu próprio comércio, independente da área central, com suas

atividades de lazer e festejos, com o Palestra Itália, as famosas quermesses da Igreja Santo Antônio de Pádua, e até as festas juninas realizadas no interior dos sítios que permaneceram.

A trajetória do núcleo ultrapassou assim o objetivo inicial de sua fundação, o de constituir um “viveiro de mão-de-obra” para a lavoura de café e abastecer a cidade com gêneros de subsistência durante o auge da monocultura cafeeira. Converteu-se em “cidade invisível” às classes abastadas, abrigando as categorias que “precisavam” ser ocultadas – doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, prostitutas, menores órfãos ou abandonados. Concomitantemente, recebeu os equipamentos poluentes, feios ou malcheirosos. Resolveu-se desse modo um problema da elite que, embora necessitasse de operários e imigrantes para o trabalho, não os desejava para seu convívio: assim sendo, lá os confinaram para que não fossem vistos.

Entre outros núcleos coloniais, um caso semelhante aconteceu com o de Santana, na zona norte da cidade de São Paulo – pouco estudado, assim como o Antônio Prado. Foi na sede deste núcleo, constituído em 1877, que a Hospedaria de Sant’Anna, a primeira voltada a imigrantes, foi construída em 1878, desativada em 1880 e posteriormente demolida em 1915. Ainda nesta área, constantemente alagada pelo Rio Tietê, seria construída, a partir de 1911, a Penitenciária do Estado (inaugurada em 1920), destinada também a abrigar cidadãos que deveriam ser excluídos do convívio social, “invisibilizados”.

De qualquer modo, a análise de inventários de antigos moradores do núcleo atesta certa mobilidade social ao longo de suas trajetórias de vida. É relativamente comum constar heranças de dois ou mais lotes, bem como uma casa e até mesmo outros imóveis na mesma área, ainda que seja notória a

impossibilidade de mudança para bairros mais caros, pois eram e são necessários muitos lotes na zona norte para se adquirir um terreno na zona sul ou central. Não resta dúvida, contudo, que o Núcleo Colonial Antônio Prado desempenhou um papel essencial no processo de expansão urbana de Ribeirão Preto, ao introduzir na cidade trabalhadores urbanos especializados, ao abastecê-la com gêneros de subsistência, ao ampliar a oferta de imóveis para a classe trabalhadora e ao constituir uma área de comércio e indústria que teve condições de se desenvolver paralelamente à área privilegiada da cidade.

* **Adriana Capretz Borges da Silva Manhas é Arquiteta, Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais / Dpto. de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).**

** **Oswaldo Mário Serra Truzzi é Engenheiro de Produção, Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).**

REFERÊNCIAS

- LAPA, José Roberto do Amaral
(1995) *Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo, Edusp.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de
(1973) *Bairros rurais paulistas – dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.
- ROLNIK, Raquel
(1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp.
- SILVA, Adriana Capretz Borges da
(2008) *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887)*. São Carlos: UFSCar. (Tese Doutorado).

FORMAÇÃO DE UM DUPLO NARCISO OU ANGÚSTIA EM TERRA ESTRANGEIRA

Marcela Jussara Miwa *

O narcisismo pode ser compreendido como uma defesa do ego ao deparar-se com o diferente, o estranho ou frustrações. Tal defesa recorre a mecanismos, por vezes inconscientes, de negação da realidade – ou do outro – buscando refúgio em idealizações, fantasias, dissociando-se da realidade (ver p. ex. Rosenfeld, 1989 e Symington, 2003). O presente texto procura ilustrar como, no período da imigração japonesa, podem-se localizar dois grupos distintos com defesas narcísicas. De um lado, os brasileiros da campanha antinipônica, o que denomino “narcisismo verde-amarelo”, que negavam, e mesmo, rejeitavam os estranhos japoneses. E por outro lado, até como reação ao antiniponismo e aos problemas de adaptação, os imigrantes, que não aceitavam a realidade brasileira e refugiavam-se em colônias, cultivando valores da pátria que deixaram, idealizando um Japão poderoso. Nas linhas seguintes pretendo retomar algumas passagens tanto do movimento antinipônico, como também dos primeiros anos das vidas dos japoneses, em nosso país, no intuito de demonstrar a possibilidade de reler

esses eventos históricos como mecanismos de defesa egóica.

JAPONESES NO BRASIL

Nos fins do século XIX e início do XX, o Brasil encontrava-se em meio a grandes debates sobre a questão racial. As brasas de uma recém abolida escravidão ainda ardiavam na sociedade, a preocupação com massas de negros livres e a crescente vinda de braços europeus acenderam os ímpetus pela formação de uma raça e integridade nacionais. As populações mestiças passaram a ser vistas como indício de degeneração étnico-social. Os imigrantes europeus seriam aclamados de grande valia para a aceleração do “embranquecimento” nacional.

Entretanto, começava a surgir uma grande insatisfação entre os cafeicultores em relação aos trabalhadores europeus, pois não eram poucos os que abandonavam as lavouras para se dedicarem a outras atividades ou, quando era possível, retornavam a seu país de origem.

Diante de clamores dos produtores de café por braços em suas terras, organizou-se um grupo para pressionar o governo a fim de solucionar o problema. Seus apelos surtiram efeito

pois, em 1892, sancionou-se uma lei em que o Brasil comprometia-se a sustentar relações diplomáticas com a China e o Japão, no intuito de angariar trabalhadores para as plantações brasileiras. Todavia, a vinda de japoneses ainda demoraria alguns anos, uma vez que nesse acordo os grandes privilegiados foram os chineses, considerados “superiores” aos nipônicos.

Essa “inferioridade” dos japoneses foi ignorada pelos latifundiários brasileiros em pouco tempo, já que em 1902, os cafeicultores foram surpreendidos pela proibição da vinda de braços italianos para a lavoura. O Congresso italiano proibiu a imigração de seus “filhos” devido a desumanidade com que eram tratados nas fazendas. Tal fato contribuiu imensamente para facilitar a contratação de trabalhadores japoneses, iniciada em 1908.

NARCISISMO VERDE-AMARELO

A partir de 1920 o número de imigrantes nipônicos, no Brasil, aumentou de forma impressionante, em boa parte impulsionada pelo próprio governo japonês, que se esforçava em

superar inúmeros problemas, entre eles, a escassez de alimentos. Tal fato desencadeou uma reação brasileira ante a “invasão amarela”.

Independentemente de serem considerados bons trabalhadores ou não, uma campanha antinipônica tomou corpo e gerou diversos debates no Congresso Nacional. Médicos como Xavier de Oliveira, Miguel Couto, Arthur Neiva¹, o jornalista e escritor Vivaldo Coaracy, o major Aristóteles de Lima Câmara e o sociólogo, historiador e jurista Oliveira Vianna foram ferrenhos opositores da imigração japonesa, pautados em argumentos considerados científicos, e grandes defensores da *integridade do país*.

Oliveira Vianna, por exemplo, alegava que os orientais constituíam uma “raça” inferior além de serem “*inassimiláveis*” (Vianna, 1934). E não estava sozinho, existiam muitas vozes que clamavam por ações contra os “inimigos” japoneses. Muitos defendiam discursos racistas de “depuração” da suposta raça brasileira, encontrando força na política nacionalista do período Vargas. Essa polêmica atingiu o ápice nos acalorados debates da Assembléia Constituinte entre 1933 e 1934, da qual resultou a emenda Miguel Couto pela redução da entrada de imigrantes, estabelecendo quotas de imigração. Essa emenda visava a restringir principalmente a vinda de japoneses, que por esse período chegavam em grandes levadas².

A *incompreensão* e o crescimento desmedido do número de colonos nipônicos favoreceram o incitamento de discursos inflamados durante a elaboração da Constituição de 1934.

O médico psiquiatra Xavier de Oliveira³ combateu a entrada de qualquer raça considerada eugenicamente indesejável, o que incluía os *diferentes* japoneses.

Além das peculiaridades físicas nítidas, os médicos antinipônicos recorriam a outros argumentos para rejeitarem o “elemento amarelo”. Como o discurso de Arthur Neiva, que se baseava nas precárias condições de saúde desses imigrantes, disseminadores de novas doenças no Brasil e desqualificados do ponto de vista “antropo-estético”, defendendo o imigrante branco como *ideal* (cf. Nucci, 2000: 48).

Quanto a doenças, considerando que as viagens de navio entre Japão e Brasil duravam cerca de 50 dias e assim que entravam nas fazendas as condições de trabalho não eram das melhores, imagina-se que a saúde dos japoneses só poderia apresentar-se debilitada. Não foram poucos aqueles que, já instalados no Brasil, morreram de malária ou perderam os familiares por essa doença.

Miguel Couto, que emprestou seu nome à emenda de 1934, também rechaçava a vinda de japoneses, porém preferia atribuir essa atitude muito mais a um amor à pátria do que uma oposição declarada aos nipônicos.

Falando em defesa nacional não podemos esquecer que o governo nacionalista de Getúlio Vargas pesou como um flagelo sobre os imigrantes, principalmente nos anos próximos à segunda guerra mundial, em que a perseguição aos imigrantes provenientes do Eixo tornou-se mais acirrada. Esses imigrantes foram privados dos meios de comunicação em sua língua, ou seja, rádio, jornais, livros e revistas em língua estrangeira. Conversar em outra língua que não fosse português, já era motivo de prisão.

Para a grande maioria dos imigrantes japoneses a educação de seus filhos, em moldes nipônicos, transformou-se em um tormento, para não dizer um engenho arriscado. Os

policiais adentravam nas casas e estabelecimentos desses imigrantes em busca de algo que denunciasse a insubordinação, reviravam tudo em busca de livros, cartilhas ou cadernos escritos em japonês. A clandestinidade era a única saída para pais, alunos e professores nipônicos.

A vigilância sobre os considerados “súditos do eixo” era constante. A *incompreensão* e o *preconceito* em relação ao *diferente* também permearam os relatórios policiais, isto é perceptível quando afirmavam: “dadas as dificuldades decorrentes da diversidade da língua e da índole hipocritamente dócil do indivíduo japonês, torna-se difícil o conhecimento exato de tudo que diz respeito ao nipônico (...)” (Arquivo do Estado de São Paulo/SP, prontuário nº 8342 – *Niponismo*).

A “docilidade” nipônica, que em outros momentos poderia ser aclamada como uma virtude desse povo, em tempos de guerra e antiniponismo soa como hipocrisia, dissimulação de intenções covardes e perigosas à integridade nacional.

Falando do período de guerras, em 1940, em meio aos conflitos da segunda guerra mundial, desponta outra obra antinipônica, denominada *O perigo japonês*, que traz artigos do jornalista e escritor Vivaldo Coaracy. Esses artigos, além de retomarem os velhos argumentos dos antinipônicos das décadas de 1920 e 30, conquistaram maior espaço ao apresentarem sua oposição e temor em relação ao projeto imperialista japonês. Não eram raros os que acreditavam que os imigrantes japoneses eram integrantes do exército nipônico, disfarçados de simples agricultores, que obedeciam as estratégias de seu governo e estavam apenas aguardando o melhor momento para conquistarem as terras brasileiras.

Alguns imigrantes até deixaram-se seduzir por essas idéias, sentindo orgulho por terem iniciado a colonização nas longínquas terras que logo “pertenceriam” a seu grande império. Na verdade não passaram de devaneios, de sonhos nos quais esses meros trabalhadores ganhavam importância aos olhos daqueles que permaneceram no “berço esplêndido” de seu país de origem. Quando pensavam na honrosa função a desempenhar, qual seja, a de conquistar os territórios de além-mar, os imigrantes não se sentiam mais sozinhos, abandonados ou esquecidos; seus peitos acompanhavam o ritmo entoado por outros corações, fisicamente distantes, mas espiritualmente interligados.

Entretanto, ao resgatar as histórias desses imigrantes fica evidente que não se tratavam de tropas especiais enviadas estrategicamente em terras ocidentais, como ficou subentendido acima. Os ideais de conquista e prosperidade serviam apenas como uma “fuga” desses imigrantes, como um atenuante das dores que o álcool por vezes ajudava a anestesiar. Suas vidas estavam longe de participar da campanha imperialista do grande império japonês. Sua realidade era bem diferente. Tiveram, muitas vezes, de enfrentar os preconceitos, a incompreensão, o descaso, injustiças e, como golpe fatal, a tristeza de ver seu país derrotado.

Passemos às histórias desses imigrantes.

JAPONESES NO JAPÃO

Uma das grandes contribuições dos samurais para a história japonesa foi o *bushidô* ou Código de Honra dos Samurais, constituído de regras de conduta, conselhos e técnicas – marciais e até mesmo estéticas, que

não tardaram por se disseminar entre outras classes e camadas da população nipônica. Apesar do imenso poder político e territorial que os *shoguns*⁴ possuíam, a figura do imperador continuou sendo preservada. Esse respeito ao trono e à família imperial foi assegurado, em grande parte, pelo código de honra dos guerreiros e por certas concepções religiosas – por exemplo, *xintoísmo*: pregava lealdade ao soberano (visto como descendente da Deusa do Sol, *Amaterasu Oomikami*) e o confucionismo defendia a hierarquia como algo natural. Os *shoguns* assumiam o poder mediante autorização, nomeação, indicação ou rescrito do soberano.

Durante o shogunato *Tokugawa Bakufu* (1603-1868), o Japão passou por uma época de grande concentração de poder interno, uma vez que inexistiam relações e influências estrangeiras. Por esse isolamento, o país conseguiu assegurar relativa paz interna e evitou dispêndio de recursos em aventuras em outras terras. Todavia, essa aconchegante paz levou a nação a certa imobilidade, que a tornou atrasada em relação ao “progresso mundial”, de expansão colonial das potências marítimas. E antes mesmo da queda do *shogunato* em 1868, o Japão foi pressionado a abrir seus portos para o comércio internacional. Tal fato possibilitou que muitos japoneses, que se encontravam em estado de penúria, saíssem do país em busca de uma vida melhor. Em 1850 ocorreram as primeiras emigrações para o Havaí, depois os Estados Unidos, Peru, México e Brasil, a partir de 1908.

Quando os nipônicos começaram a vir ao Brasil, a “situação de pobreza” em seu país parecia superada. A Restauração Meiji (1868-1912) inaugurou uma nova fase na vida de

seus súditos. O Japão vivenciou uma “corrida” pelo desenvolvimento, no afã de sair do atraso que os anos do *shogunato* relegaram ao país.

Se por um lado uma boa parte da população desfrutou do deslumbre das facilidades capitalistas; por outro lado, houve os que sofreram com o novo governo. Muitos dos antigos samurais caíram na miséria, outros tantos ajeitaram-se como puderam diante da nova realidade. A população mais pobre começou a manifestar seu descontentamento, através de rebeliões. Protestavam basicamente por três motivos: o imposto rural, a convocação ao serviço militar obrigatório e o sistema educacional, também obrigatório.

Os avanços imperialistas do governo japonês oneravam a população. As vitórias nas guerras contra China (1894) e a Rússia (1904), e conseqüente euforia do triunfo, contribuíram para abafar as queixas daqueles que não conseguiam acompanhar o progresso nacional. O estado de ânimo e a prosperidade econômica facilitaram a explosão demográfica.

E foi nesse contexto, de convicção do triunfo bélico em seu peito e de miséria em seus pratos, que fez com que muitos japoneses decidissem transpor os mares e tentar a sorte em terras brasileiras. A emigração não era um interesse apenas de quem partia, mas configurou-se como um esforço do próprio governo.

ANGÚSTIA EM TERRA ESTRANGEIRA

Fustigados pela pobreza e sedentos por um enriquecimento fácil e rápido, muitos nipônicos desfizeram-se do pouco que tinham para financiar a nova empreitada. Famílias contraíram dívidas para bancarem a viagem de

seus parentes. Prejuízos que deveriam ser pagos através de remessas de dinheiro daqueles que partiam. Tratava-se de uma questão de honra saldá-los. Todos acalentavam a esperança de em breve retornarem ao Japão, ricos e triunfantes. Deixavam sua pátria como “heróis” sem imaginar as dificuldades que encontrariam em terras estrangeiras.

Ao chegarem às fazendas, alguns japoneses surpreenderam-se com a precariedade das moradias que lhes foram oferecidas. Suas casas eram praticamente sem mobílias, os novos habitantes tinham que providenciar camas, colchões, mesas, cadeiras e armários. Houve ainda aqueles que não possuíam utensílios para preparar seus alimentos, pois suas bagagens foram entregues com atraso. A saída foi recorrer à ajuda de brasileiros que, apesar da boa vontade, serviam comidas muito gordurosas, o que para muitos japoneses pareciam intragáveis.

A quem deveriam reclamar sobre a sua situação? E como seriam compreendidos se sabiam apenas falar japonês? Deviam contar com a ajuda de intérpretes, mas para a sua decepção eram raros os que poderiam ajudá-los efetivamente.

Sobre os trabalhos nos cafezais, os fiscais davam instruções por meio de mímicas e muito esforço para atingir um nível satisfatório de entendimento. Caminhavam para as plantações ao nascer do sol e por vezes regressavam às casas contemplando as estrelas. Durante todo o tempo a presença do fiscal fazia-se constante, levando a alguns japoneses a sentirem-se como prisioneiros. O sistema rígido de trabalho, as insatisfações, a alimentação precária e pouco descanso fizeram com que o serviço nas lavouras parecesse extremamente penoso para os japoneses, principalmente para aqueles que não se dedicavam à

agricultura no Japão. Entre vários imigrantes podiam-se encontrar desde policiais, comerciantes falidos, professores, funcionários públicos, pescadores, prostitutas e gueixas (Handa, 1987:41), todos em busca de enriquecimento rápido e fácil.

Um *sentimento de abandono* cresceu em muitos corações, pois se julgavam desamparados e esquecidos. Mas em 1910 foram surpreendidos com boas notícias. Corria entre as fazendas a informação que uma segunda leva de japoneses estava para chegar ao país. Muitos se sentiram “renascer” com a notícia. A despeito dessa alegria a vida continuou difícil, os salários eram baixos, o trabalho abundante e as preocupações incessantes.

A realidade parecia *insuportável*. O colono preocupava-se em produzir seu próprio alimento para evitar comprar nos armazéns da fazenda, que geralmente cobravam preços abusivos. Grande parte do *sofrimento* do imigrante japonês decorria da preocupação em economizar o máximo possível para retornar ao Japão assim que pudesse. A esperança de retorno breve ao país de origem motivou a preocupação dos colonos com a educação das crianças. Não queriam que seus filhos crescessem ignorantes, eles deveriam ser educados nos moldes nipônicos para que, quando regressassem, não fizessem “feito” diante dos outros. Dessa maneira, os japoneses não mediram esforços para construir escolas para seus filhos.

Os imigrantes que vieram nos anos subsequentes não foram poupados das mesmas inquietações. O desespero levou famílias inteiras a fugirem das fazendas; outros esperavam pacientemente o término do contrato. Os que partiam buscavam fazendas que oferecessem melhores condições de trabalho, ou desistiam dos cafezais e tentavam a sorte nas cidades. O sonho

de retornar ao Japão, rico e triunfante, tornava-se cada vez mais distante. Pareciam náufragos em um mar de dificuldades.

“O que as pessoas vão dizer?”. Essa dúvida, para muitos, fazia com que a sensação de *fracasso* parecesse pior que qualquer outro tipo de sofrimento. Em situação de extrema penúria, sua honra era uma das poucas coisas que lhes restara e agora parecia escorrer por entre os dedos e pesava como um fardo em suas consciências.

Não obstante o sofrimento e queixas, não paravam de chegar japoneses e dois episódios contribuíram para o crescimento da emigração nipônica. Primeiro, foi em 1923, quando ocorreu um terremoto na região de Kanto-Japão. Eram inúmeros os flagelados, vítimas do terremoto, e a saída do governo foi incentivar a emigração, chegando a se responsabilizar pela totalidade das despesas de viagem em 1924. Outro episódio foi a queda da Bolsa de Nova York em 1929, quando a economia japonesa vivenciou o caos: queda nas exportações, crises no campo, alto número de desempregos, incrementando ainda mais as filas nos navios de emigração. As décadas de 20 e 30 foram os anos de maior fluxo imigratório de japoneses para o Brasil e de maior mobilização dos defensores do antiniponismo.

Com o aumento de japoneses em terras brasileiras, houve uma tendência cada vez maior dos imigrantes em agruparem-se em núcleos exclusivamente nipônicos. Entretanto, a formação das famosas colônias japonesas também foi permeada de sofrimentos. Além do duro trabalho de desmatamento das novas terras adquiridas e instalação de infraestrutura para as casas, o que a princípio parecia ser um bom lugar para viver, em pouco tempo, podia transformar-se em um inferno.

Existem relatos de núcleos de colonização que foram fustigados pela malária – às vezes famílias inteiras desapareciam devido a doença –; outras localidades perderam suas plantações por causa de enchentes ou ataques de gafanhotos.

E quando, enfim, os colonos começaram a vislumbrar esperança de boas colheitas e considerável conforto, alguns foram surpreendidos por policiais e guardas acusando-os de apropriação indevida das terras, ordenando-lhes que abandonassem o local ou que fossem entender-se com a justiça. Na verdade esses policiais e guardas não visavam expulsar os colonos japoneses; antes estavam interessados em receber algum benefício, isto é, dinheiro (cf. Handa, 1987: 270-271).

Contornadas as dificuldades, os colonos puderam desejar dias melhores. A convivência entre *iguais* permitiu a concretização de certos anseios, como a construção de escolas em moldes nipônicos e o fortalecimento dos ideais japoneses. E o sentimento nacionalista japonês, em grande parte, foi alimentado como reação ao nacionalismo brasileiro e campanha antinipônica veiculados a partir de 1920.

Notícias vindas do império desempenhavam importante papel em nutrir os sonhos de vários colonos. O êxito das investidas militares, como a ocupação da Manchúria ocorrida na década de 30 encheu de júbilo os japoneses. A certeza do poder de sua nação foi reforçada pelas propagandas de ideologias nacionalista e etnocentrista veiculadas pelos militares do Japão, que chegavam aos ouvidos dos imigrantes com o nome de “Área de co-prosperidade da Grande Ásia” liderada pelo Japão militarista.

Porém, as festividades dos imigrantes japoneses logo encontrariam obstáculos. Nos anos 30, Getúlio

Vargas subiu ao poder e ocorreu um recrudescimento do nacionalismo brasileiro. E a impossibilidade de dar voz aos ideais de “amor à pátria”, crença no poder militar japonês e a proibição de educar os filhos no sistema japonês desferiram duros golpes nas almas dos colonos e em sua estabilidade psíquica.

Numa tentativa desesperada de encontrarem *conforto* para suas existências (ego) grande parte dos colonos *isolou-se* ainda mais da sociedade brasileira, cultivando entre eles as sagradas convicções de súditos do Império do Sol Nascente – como ideais de honra e vitórias bélicas. A entrada do Japão na segunda guerra mundial exaltou ainda mais os discursos dos defensores da pátria nipônica. Todos os nacionalistas estavam certos que o seu país sairia vitorioso do confronto, conquistando novas terras e poderes. Nos devaneios da onipotência narcísica, assim que terminassem as lutas, não tardariam, em chegar ao Brasil, delegações japonesas para buscarem os sofridos “filhos” da nação vitoriosa. Os representantes do governo imperial castigariam aqueles que maltrataram os imigrantes durante o tempo em que eles permaneceram em terra estrangeira.

As vidas de muitos colonos japoneses eram tão dolorosas que não puderam conter expectativas e *idealizações*. As fantasias foram incorporadas às suas realidades e às suas existências. Para os imigrantes nacionalistas, viver só passou a fazer sentido sob a luz desses ideais, dessa fantasia. Perder era inimaginável, impossível.

Quando souberam da derrota do império para as tropas americanas, os imigrantes japoneses não conseguiram *compreender, qualificar* ou *expressar* essa *dor*. Poucos foram os que conseguiram *tolerar* tamanha *frustração*.

Grande parte dos membros da colônia *preferiu não acreditar* na derrota. Alguns acreditavam que essa notícia era propaganda enganosa norte-americana.

Resistiram o quanto puderam. Ocorreram mortes entre os colonos – os que defendiam a vitória japonesa chegaram a matar outros japoneses que reconheciam a derrota do país⁵. Causaram perplexidade na sociedade brasileira. E apenas o tempo conseguiu superar essa forte convicção, diluindo os *estranhamentos* culturais, diminuindo a *distância* entre japoneses e brasileiros e levando, gradativamente, imigrantes e descendentes nipônicos a reinventarem suas próprias identidades.

* **Marcela Jussara Miwa é Mestre em Ciência Política/UNICAMP.**

NOTAS

1 - Muitos desses médicos antinipônicos compunham a Liga Brasileira de Higiene Mental.

2 - Entre 1927 a 1930 o Japão enviou ao Brasil mais de 10.000 emigrantes por ano. (cf. Handa, 1987: 76-77).

3 - Xavier de Oliveira juntamente a outros médicos, como Renato Kehl, formavam o que pode ser considerada a ala dos “racistas ortodoxos”.

4 - Durante o período feudal, o Japão vivenciou a era dos *shogunatos*, clãs familiares que concentravam o poder político-administrativo no país. Essa época ficou famosa por uma forte categoria de guerreiros, os samurais, que significa “aquele que serve ou acompanha um superior” (cf. Yamashiro, 1993).

5 - Os japoneses que defendiam a vitória nipônica geralmente faziam parte de “sociedades secretas” formadas pelos próprios colonos. Essas sociedades, em sua maioria, visavam enaltecer o poder do império japonês e cultivar os ideais orientais. Existiam aquelas mais exaltadas, como o Movimento *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) que se responsabilizou pelas mortes dos japoneses que admitiam as derrotas (também chamados de

“derrotistas”). Para alguns dos seus membros, os derrotistas não eram bons japoneses, desrespeitavam o império, e por isso deveriam ser mortos. Importante ressaltar que os conflitos envolvendo essas associações limitavam-se aos membros das colônias japonesas, não representando ameaças aos brasileiros que divulgavam a vitória americana.

REFERÊNCIAS

Arquivo do Estado de São Paulo. *Niponismo*. Prontuário n° 8342, 2 volumes. São Paulo.

HANDA, Tomoo

(1980) *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

HANDA, Tomoo

(1987) *O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

MIWA, Marcela Jussara

(2006) *Narciso no império dos cristãos: interpretando o movimento Shindo Renmei*. Dissertação de mestrado em Ciência Política – IFCH/UNICAMP. Campinas-SP.

NUCCI, Priscila

(2000) *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. Dissertação de mestrado em História – IFCH/UNICAMP. Campinas-SP.

REIS, José Roberto Franco

(1994) *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. Dissertação de mestrado em História – IFCH/UNICAMP. Campinas-SP.

ROSENFELD, Herbert

(1989) “Uma abordagem clínica à teoria psicanalítica das pulsões de vida e de morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo”. In: BARROS, Elias M. da Rocha (org.) *Melanie Klein: evoluções*. São Paulo: Escuta.

SYMINGTON, Neville

(2003) *Narcisismo: uma nova teoria*. São Paulo: Roca.

VIANNA, Oliveira

(1934) *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

YAMASHIRO, José

(1993) *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa.

ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS

AÑO 20

DICIEMBRE 2006

NUMERO 61

Los Franceses en las Américas

Presentación

Hernán Otero – François Weil

Las migraciones de Francia hacia las Américas: un objeto de saberes en el siglo XIX

François Weil

Las políticas de emigración en Francia, 1850-1950

Hernán Otero

¿Dónde están las mujeres? Las francesas y las migraciones a los Estados Unidos (1880-1930)

Annick Fouquier

Los franceses desde el silencio: la población del Panteón francés de la ciudad de México: 1865-1910

Javier Pérez Siller

“*Le Courier de la Plata*. Diario republicano francés rioplatense”

Viviane Oteiza Gruss

Alfred Ebelot o la trayectoria migratoria de un francés en Argentina en la segunda mitad del siglo XIX

Pauline Raquillet-Ambrogi

AÑO 21

ABRIL 2007

NUMERO 62

Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente

Eduardo E. Domenech – María José Magliano

Economía rural y población: la emigración en áreas de montaña.

Humahuaca y Yavi (provincia de Jujuy) durante el siglo XX

Raquel Gil Montero, Mariano Morales y Mariana Quiroga Mendiola

Migración, comercio y moral en los márgenes del mundo salitrero.

Oficina “Chacabuco”, 1924-1940

María Damilakou

“Ser de Cristo”. Prácticas, ideas y recepción del protestantismo entre los sectores populares inmigrantes en Buenos Aires, 1870-1910

Paula Seiguer

Diferentes percursos da migração italiana no Rio Grande do Sul (Brasil)

Maria Catarina Chitolina Zanini

www.cemla.com

“ESMOLAR EM JARAGUÁ DO SUL NÃO DÁ PÉ”

Ancelmo Schörner *

“Esmolar em Jaraguá do Sul não dá pé”, “Não estamos acostumados a isso”, “O sonho virou pesadelo”. Estas são expressões que encontramos em jornais¹ de Jaraguá do Sul/SC e região desde os anos de 1990 e são resultado de uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos sobre os migrantes.

Entre 29/09/2003 e 31/10/2003 pesquisamos no Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmockel em 4.177 jornais com datas de edição entre 1969 e 2003. Em nossa pesquisa o objetivo era analisar como a imprensa local e regional tratava as questões da migração. Os dados coletados possibilitaram não apenas reconstituir em suas grandes linhas a História de Jaraguá do Sul de um determinado período, como também apreender a problemática da migração.

Segundo Costa (2000, p. 107), é preciso valer-se do material veiculado pela imprensa² local, mas ler nas entrelinhas, buscar o não explícito, fazer a contraleitura para resgatar a voz dos que foram silenciados pela oficialidade. Contudo, é importante que essas fontes jornalísticas sejam

complementadas com outras fontes, como as orais, que podem ser utilizadas não apenas para preencher lacunas documentais, mas para iluminar pontos obscuros e colocar questões que possam fornecer outros ângulos que não aqueles da negatividade moral construída pelos discursos mais diretamente comprometidos com o poder, nos quais os migrantes são de uma incômoda visibilidade.

Jaraguá do Sul está longe de ser um município pobre, embora a notável desigualdade na distribuição de renda não tenha socializado os benefícios do desenvolvimento. Dados, por exemplo, como aqueles do Índice de Desenvolvimento Humano e Social, baseiam-se muito em informações quantitativas e não conseguem apreender as diferenças intra-urbanas existentes. Contudo, as contradições da vida urbana que o poder político e econômico dominante procura ocultar, começam a ser percebidas mesmo porque são vividas pela população. Por isso é preciso denunciar a idéia da harmonia cidadina local, pretendida pela classe dominante, que divulga a idéia da cidade como algo dinâmico, progressista, harmônico, homogêneo, enfim, como se fosse uma grandes-

síssima família irmanada por ideais comuns desde o tempo de sua fundação pelos imigrantes alemães.

Desvendar um panorama é uma tarefa complexa devido ao poder de disseminação de idéias e conceitos que têm grande influência na cidade hegemônica, haja vista que ao grande público restam as opiniões, análises e impressões veiculadas pela imprensa, da autoria de jornalistas, políticos e administradores públicos, e só uma vez ou outra também de pesquisadores de temas urbanos e profissionais de planejamento urbano.

Se nos anos de 1980 a palavra para caracterizar o processo migratório para Jaraguá do Sul era *onda*, nos anos 1990 ela é *desenfreada*, haja vista que a migração passou “a ser um dos problemas enfrentados pelo poder público em Jaraguá do Sul, que poderá vir a conviver com a favelização, aumento da criminalidade e da fome” (Correio do Povo, 20/03/1993, p. 1). A ela foi acrescentada a expressão “o sonho virou pesadelo”, pois os problemas verificados eram os mesmos vistos em outros pólos industriais do Brasil e do Estado, como são os casos de São Paulo e Joinville. Favelização, aumento da criminalidade,

escolas sem vagas, hospitais superlotados, contribuindo para a queda de qualidade dos serviços prestados à comunidade (Correio do Povo, 20/03/1993, p. 16).

Nos anos 1990, a migração continuava a preocupar empresários e autoridades. Segundo o Jornal do Vale (06/04/1990, p. 11),

os Cartórios Eleitorais de Guaramirim e Jaraguá do Sul têm registrado um enorme contingente de paranaenses e catarinenses do Planalto solicitando transferências de títulos eleitorais. As escolas experimentam também um aumento das matrículas. São famílias inteiras que chegam, muitas das quais sem emprego fixo, desprovidas de qualificação, que vêm 'tentar a sorte', atraídas pela fartura de empregos que a região pode oferecer. O sonho virou pesadelo. Aqui abrigam-se em submoradias, sujeitando-se a péssimas condições de habitabilidade, criando sérios problemas de ordem social.

O 3º pólo industrial do estado de Santa Catarina dava mostras "de seu crescimento desordenado, pois além da migração em alto grau que vem sendo verificada, os sinais de pobreza aparecem em focos que podem ser detectados em vários pontos do perímetro urbano do município. A favelização de Jaraguá do Sul já é uma realidade" (Opinião, 26/02/1993, p.9). Contudo, ela era negada pela administração pública, que alegava "que deixa o cargo satisfeito, entre outra coisa, porque em sua administração não surgiram favelas na cidade". Contudo, o prefeito estava enganado, pois era possível encontrar vários focos de favelização pela cidade.

Diante disso, caberia aos segmentos que comandam as atividades públicas e econômicas mudarem a atual mentalidade que gera uma publicidade enganadora de mostrar Jaraguá do Sul como um município de alta renda, livre do desemprego e da miséria. Publicidade esta que atrai cada vez mais migrantes, ávidos por empregos e melhores condições de vida, que, no entanto, ao chegarem à cidade se deparam com obstáculos que vão desde a falta de oferta de emprego e a não existência de moradias populares na medida necessária.

Nas mesmas tintas, o jornal esclarecia que não estava propondo "uma atitude policialesca, de cerceamento de liberdade de ir e vir. Contudo, caberia, isto sim, uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização a ser encabeçada por empresários e poder executivo. Isto, certamente, evitará problemas maiores no futuro, como os que enfrenta hoje – guardadas as devidas proporções – a cidade de Joinville" (Correio do Povo, 23/12/1992, p.20). Ou seja, um desejo de fechamento da fronteira era perceptível, mas não assumido, e não deixava, novamente, de fazer parte de um conteúdo manifesto do discurso dominante em vista dos problemas sociais.

Analisando aquele momento do estágio de desenvolvimento do município, o então presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luiz Zonta (Partido Democrático Social), dizia que o maior problema de Jaraguá do Sul estava diretamente ligado ao setor de infra-estrutura da grande periferia, onde havia "problemas muito sérios, por exemplo, com os loteamentos clandestinos, que exigirão grandes serviços e investimentos da municipalidade" (Jaraguá News, 18/03/1993, p.14).

Segundo o Correio do Povo (11/02/1993, p.2), já iam longe os anos em que a cidade era um modelo de organização humana, pois o progresso trouxe também o seu lado negativo, e à medida que o desenvolvimento se põe à mostra, na mesma proporção se propaga a miséria, algo perturbador onde entre o lixo e o luxo, se tem a nítida visão do abandono". Para se dar conta disso, "seria bom caminhar pelas periferias e colher os dados que não estão influenciando naqueles que sentam em ambientes de primeiro mundo e traçam um perfil que não conduz a nada.

Em agosto de 1993, a Secretaria do Bem-Estar Social fazia um balanço de suas atividades afirmando que "nestes primeiros seis meses de atividades ela tem se empenhado no sentido de ouvir as pessoas bem como a comunidade e na medida do possível procurar atender a família jaraguarense. Foram desenvolvidas atividades na área de promoção social com atendimentos emergenciais sendo: 208 cestas básicas, 98 atendimentos com fotos para pessoas carentes, 67 plantas de casas, 27 documentos – certidões de registros – 2 auxílios moradias, 49 auxílios funeral, 782 atendimentos com materiais de construção, 203 passagens (migrantes), 8 auxílio transporte, 1754 atendimentos com vestuário e calçados, 744 atendimentos para xérox, entre outros. Teve ainda atendimento particular com psicóloga, ligações, solicitações de moradias e visitas domiciliares (Jornal Espaço Popular, 13/08/1993, p.2, grifo nosso).

Esses números não diferem daqueles apresentados pela ex-secretária Cecília Konell em janeiro de 1991, mas uma coisa nos chama atenção: o desejo de "atender a família jaraguarense". Se for verdade que a secretaria procurava atender as famílias jaraguarenses, então o quadro de pobreza já tinha se agravado de tal

forma que a cidade mesmo convivia com o problema. Caso negativo, a cidade já tinha incorporado os migrantes à sua comunidade? O que nos parece é que aqui se trata de um discurso apenas, pois na verdade tanto parte considerável das famílias jaraguenses quanto as de migrantes passavam por sérias dificuldades econômicas.

A Secretaria mantinha também uma Divisão de Apoio à Moradia para acompanhar e orientar o trabalho das 16 associações de moradores existentes na época e atender dois conjuntos habitacionais.

Além disso, outros casos graves estavam acontecendo e chamavam a atenção. Conforme denúncia do então vereador Lio Tironi, cerca de 30 pessoas de três famílias diferentes moravam em condições precárias na encosta de um dos morros do Bairro Ilha da Figueira. Tendo levantado o problema na Câmara de Vereadores, o caso foi parar na prefeitura e o local recebeu a visita de secretários e outros vereadores do município. Descobriu-se que o loteamento, além de irregular, não respeitava a chamada "Cota 100" que delimita os locais para a construção de residências nas proximidades de encostas. Detectado o problema, foi dado um prazo ao proprietário do imóvel para que regularizasse a situação, esclarecendo de antemão que naquele local, residências não poderiam ser erguidas (Opinião, 19/07/1995, p.12).

A mendicância chegava³ em uma cidade *desacostumada a conviver com a pobreza propriamente dita*, onde a mão estendida num canto de calçada não causa nenhuma comoção nos que passam. Nem mesmo a presença da criança maltrapilha e com rostinho esfomeado comove a multidão que se locomove no vai e vem dos afazeres. Outros chegam a olhar,

porém, não movem um músculo sequer em direção à carteira no bolso para socorrer a pedinte. Não que seja o melhor dos procedimentos, mas um município preocupado com a ocupação do seu território no ano de 2010, deve antes de mais nada preparar os seus habitantes para a solidariedade tão necessária no ano de 1995. Dentro de 15 anos, tal sentimento deverá ser ainda maior (Opinião, 28/06/1995, p.15, grifo nosso).

O Opinião (09/08/1995, p.13, grifo nosso) continuava o desfile da pobreza pelas suas páginas, divulgando que "mãe e dois filhos pedem esmolas na Getúlio Vargas em Jaraguá. *Claro que não estamos acostumados a isso*. De repente, são raros os dias em que se transita pelas ruas centrais de Jaraguá do Sul e não encaramos a maior afronta à humanidade: a humildade de pedir".

Em outubro de 1995 o articulista do Jornal do Vale, Udo Leal, afirmava que "esmolar em Jaraguá não dá pé".

Com a notória invasão de famílias de outras regiões, vê-se agora em Jaraguá do Sul o que praticamente nunca se viu antes: um expressivo número de pedintes sentados sobre as calçadas em locais de maior movimento de pedestres. Normalmente são mulheres relativamente jovens, sujas e a exalar um desagradável bodum, que se servem de crianças para reforçar o efeito de bom resultado na mendicância. Mas, ao observá-las do outro lado da rua, vê-se que não conseguem um resultado satisfatório, exatamente porque o jaraguense não está habituado a essas coisas. A maioria não dá esmolas não porque seja ruim ou porque não é caridosa, mas, simplesmente, porque não está acostumada a isso, numa terra onde predomina o trabalho como fórmula

única de ganhar a vida (Jornal do Vale, 11/10/1995, p.2).

O que se lia nos jornais é que uma população de estrangeiros estava chegando a Jaraguá do Sul "atraídos pela falsa idéia de que aqui terão bons salários". A pergunta que se faz é: quem os estava atraindo? Por quê?

A migração já havia tomado conta da propaganda, de forma que a cidade continuava a exercer forte atração não só sobre catarinenses, mas também, em relação a brasileiros de outros Estados. Por isso o visual de algumas regiões periféricas passava por um processo de mutação contínua "e, hoje, são pelo menos 40 loteamentos irregulares, além de áreas invadidas, fruto da ganância de inescrupulosos e ineficiência dos poderes públicos quanto à fiscalização, *habitados em sua maioria por famílias migrantes atraídas pela falsa idéia de que aqui terão bons empregos e a vida digna que cada ser humano almeja para si*" (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6, grifo nosso).

Dados da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social davam uma mostra do quadro. Entre janeiro e maio de 1995, 11.285 famílias receberam algum tipo de atendimento numa relação de 8 itens: alimentação, vestuário (que incluem calçados), auxílio funeral, transporte (ônibus), passagens (para cidades catarinenses e de outros Estados), fotografias para documentos, confecção de documentos e carteira para idoso. No ano de 1994⁴ este tipo de atendimento prestado pela Secretaria atingiu aproximadamente 5.300 famílias (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6).

Triadas através de um cadastro previamente elaborado, as mais de 11 mil famílias incluíam cerca de

4.500 menores, representadas por 20%, em média, de migrantes na maioria oriundos da Região Oeste de Santa Catarina e do Estado do Paraná, o que equivale a aproximadamente 2.250 famílias. Desdobrados, os números dos primeiros quatro meses deste ano já são expressivos: 1.058 atendimentos com a concessão de 5.773 benefícios. Vale ressaltar que aí não estão incluídas outras centenas de famílias assistidas por igrejas e outras entidades de benemerência da cidade.

Segundo a secretária do Bem-Estar Social, Maria Luiza Vasel

Na prática não há como se conter este processo de migração e empobrecimento deste expressivo número de famílias. Para isso, necessário seria a garantia de emprego e moradia, pelo menos, coisas que não estão no alcance exclusivo do poder público. O que fizemos é apenas um paliativo, evitando-se que o quadro de pobreza seja ainda mais dramático (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6).

O crescimento da população apresentava o retrato da miséria que “certamente em outros tempos tal quadro não seria verificado em Jaraguá do Sul”. Para as autoridades este quadro, intrinsecamente ligado ao crescimento populacional, já estava se tornando comum⁵. Não bastassem, segundo elas, o surgimento de loteamentos irregulares com moradias sem as mínimas condições de habitabilidade, estes mesmos ocupantes, na maioria das vezes, de mão-de-obra desqualificada, não encontram alternativas senão esmolar pelas ruas da cidade a compaixão dos transeuntes na esperança de conseguir o sustento,

na maioria das vezes, de uma família inteira.

A constatação poderia ser feita andando alguns quarteirões pelas ruas do centro, onde

há pedintes pelas ruas, fato raro há alguns anos atrás. A esperança de dias melhores e o título de 3º Parque Industrial do Estado trazem para Jaraguá do Sul um número cada vez mais crescente de pessoas vindas dos mais distantes pontos do país. Sem mão-de-obra especializada carregam a esperança de viverem dias melhores com ganhos um pouco maiores que o salário mínimo de famílias numerosas, travam a primeira batalha com o custo de vida do município. A guarida é garantida nos mais diferentes pontos em loteamentos clandestinos. Os passos seguintes serão mais cruéis e transformam as ruas centrais da cidade em pontos preferidos por aqueles cuja esperança de uma refeição para matar a fome está na mão amiga de alguém capaz de condoer-se com a situação de alguém menos favorecido (Opinião, 19/07/1995, p.12).

Os exemplos de pobreza e miséria não paravam de aparecer na tão propalada “cidade da qualidade de vida”. Em 1996 quatro pessoas viviam com apenas uma panela de macarrão por dia embaixo da ponte que liga o bairro Ilha da Figueira e Vila Lalau. José Vanderlei Carro, 41 anos, natural de Guarapuava (PR) e Rosângela Oliveira Martins Francisco, 37, também natural de Guarapuava, Josiane Aparecida, 23 anos, natural de Ponta Grossa (PR) e Adílson dos Santos, também natural de Ponta Grossa estão instalados debaixo da ponte desde a semana passada. (...).

Sofrendo de úlcera há cinco anos, Rosângela Francisco, relata que só permanece em Jaraguá do Sul porque a prefeitura não quer oferecer uma passagem de volta para o seu Estado.

Eu fui na Prefeitura de Jaraguá, mas eles disseram que não têm dinheiro nem para nos dar um passe”, garantiu. A situação dos demais é semelhante. José Carro diz que trabalha com artesanato, mas que não consegue arranjar um emprego na cidade. O caso mais grave, porém, é de Josiane Aparecida. Praticamente sem nenhuma condição de andar, está com problemas na garganta e ainda diz que não consegue dormir à noite devido ao seu problema de elevação da temperatura do corpo. O local onde vivem os dois casais é infestado de mosquitos, havendo uma grande quantidade de entulhos por todos os lados (Jaraguá News, 15/02/1996, p.4).

Ademir Izidoro, Secretário de Habitação e Ação Social, enfatizava que o fluxo migratório na região vinha aumentando e a migração começava a se tornar um alvo de relevância para a Secretaria. Ademir Izidoro dizia ainda que a prefeitura vinha tentando contribuir com os casos mais pequenos, como nos casos de pessoas que buscam a prefeitura para solicitar dinheiro objetivando sair da cidade (Jaraguá News, 15/02/1996, p.4).

As expressões “não estamos acostumados a isso”; “não faz parte de nossa cultura”; “notória invasão de famílias de outras regiões”, divulgadas pelos jornais, começavam a deixar claro, a partir daqueles anos, de quem era a culpa pelos problemas enfrentados pela cidade: dos migrantes. Por isso, o Opinião, alguns meses

depois, iria fazer a defesa do progresso, pois “na companhia do progresso caminham os problemas. Não há progresso sem compulsões sociais, em menor ou maior intensidade, nos mais diferentes ângulos. Precisamos estar preparados para conviver com tais situações. Este é o preço! Quem quer crescer deve acostumar-se com as conseqüências de tal mudança” (Opinião, 31/07/1996, p.2).

Outros jornais também destilaram sua voz sobre os migrantes, de forma que podíamos ler que

a alta incidência de irregularidades em loteamentos de Jaraguá do Sul vai ser combatida com rigor pela administração municipal, através da Secretaria de Planejamento. (...) Quatro loteamentos já foram indeferidos pelo prefeito, apesar de já terem sido comercializados e ocupados irregularmente, com infringência às leis de urbanismo e ao Código de Posturas Municipais, alguns sequer liberados para a venda e outros aprovados sem a necessária observância das normas legais. Por causa disso, Jaraguá do Sul vive hoje sob ameaça de deslizamentos, enchentes e obstruções viárias, de encanamentos de água e esgoto, retenção pluviais e invasão de áreas verdes, algumas até comercializadas como particulares. Essa ação inescrupulosa foi praticada, até o ano passado, com a conivência da prefeitura, inclusive em construções na área central e periferias (Jaraguá News, 18/03/1993, p.8).

Para a Prefeitura de Jaraguá do Sul, a cidade caracterizava-se por um processo acentuado e crescente de urbanização.

A população urbana, ao contrário da rural, aumenta num percentual elevado, gerando constantes problemas para a cidade. Este crescimento acelerado traz para a comunidade e para a administração pública, novos e diferentes desafios. (...) Seu perfil altamente industrializado, aliado às constantes notícias de qualidade de vida, atraem o migrante, principalmente o de baixa renda e profissionalmente não qualificado, gerando déficit habitacional, carência de infra-estrutura, vandalismo, violência e ocupação indevida do solo, muitas vezes em áreas de risco. Assim, é de suma importância a promoção da ocupação do solo através do trabalho integrado com outros órgãos governamentais ou não, racionalizando esforços e recursos (Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2001).

Se as palavras para caracterizar o movimento migratório agora eram desenfreada e desordenada, em substituição a uma onda que não passou, o que permaneceu foi a idéia da cidade proibida e da segregação ativa.

(...) a “forma desordenada como são invadidas as duas principais cidades da microrregião é preocupante, havendo a necessidade de se reverter o quadro e conter a migração. Não que se seja contrária à livre ida e vinda das pessoas. Mas há necessidade de preservar a qualidade de vida, construída com muito sacrifício, mas que vem caindo assustadoramente. O aumento da criminalidade, a favelização, são alguns reflexos do problema (Jornal do Vale, 12/04/1990, p.11).

Para resolver o problema o Jornal do Vale (12/04/1990, p.11) sugeria que as

prefeituras, através da assistente social deveriam, de forma urgente, criar mecanismos que inibissem a vinda desses migrantes, instituindo, por exemplo, um posto do migrante, que oferecesse recursos para o retorno às cidades de origem e aconselhando-os a divulgarem que, a exemplo de outras cidades, Guaramirim e Jaraguá do Sul, principalmente, possuem dificuldades enormes na área habitacional e carência de vagas nas escolas, entre outras. Não se tratava de atitude radical e anticristã. Mas é uma forma de preservarmos a nossa própria qualidade de vida.

Por sua vez os empresários⁶ entregaram um documento ao prefeito Ivo Konell, evidenciando sua preocupação com a migração desenfreada a Jaraguá do Sul e propondo um melhor controle e fiscalização do fluxo migratório à região. Gilmar Moretti, presidente da Associação Comercial e Industrial, ressaltava que Joinville e Blumenau, municípios visados devido à industrialização e forte economia, já executam uma política de controle e que Jaraguá do Sul tem sido a válvula de escape, com repercussão também nas cidades vizinhas como Guaramirim e Schroeder (Jornal do Vale, 14/11/1991, p.7).

Para Gilmar Moretti, na mesma matéria, “a migração é o reflexo da crise sócio-econômica do país e as regiões economicamente mais fortes atraem os migrantes em busca de novas oportunidades, inexistentes nas suas regiões de origem”. Por isso, segundo ele, mas sem citar que isso

poderia se tratar de uma atitude anticristã ou coisa parecida, “é necessário começar já um trabalho concreto de controle e fiscalização da migração⁷, pois de certa forma já estamos atrasados nisso”.

Esta forma de controle social é depositária de um conjunto de teorias que identificam o crime à desordem. A pressuposição básica que permeia esta associação está na análise do processo rápido de industrialização e urbanização que acometeu o século passado, dissolvendo vínculos socialmente significativos de migrantes pobres expostos ao ócio, ao vício, ao crime e à mendicância.

Como aqui estaria a relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade, o remédio apregoado é a vigilância e o controle dos nichos de resistência à lei e à ordem, para dissuadir a migração de novos contingentes para as classes denominadas “perigosas”, enquanto as condições existenciais da pobreza não forem afetadas pelas políticas públicas de distribuição da riqueza social. Esses mecanismos de controle descrevem técnicas e táticas de uma dominação que não se importa em estudar as causas da delinquência, mas se interessa principalmente com os mecanismos de controle de sua capacidade de mobilização social.

Como podemos observar, esses são discursos e estratégias com claras referências e rebatimentos territoriais que expressam o projeto de segmentos locais/regionais das elites. Encontramos, igualmente, o esforço de tornar estas estratégias um eixo de coesão da sociedade local/regional em torno dos *interesses comuns* – no caso “a preservação de nossa boa qualidade de vida”. Ao invés de contraporem seus interesses e pautas regionais ao Estado central,

adotam um liberalismo realista e pragmático: total liberdade para o capital, total controle sobre o fluxo da força de trabalho (Vainer, 1995, p.175, grifo nosso).

* **Anelmo Schörner é Doutor em História, Prof. da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, campus de Irati.**

NOTAS

1 – Os jornais citados e publicados em Jaraguá do Sul são: A Gazeta, AN Jaraguá, Correio do Povo, Espaço Popular, Gazeta de Jaraguá, Jaraguá News, O Mensageiro de Jaraguá, O Municipalista e Opinião. Citamos também o Jornal de Santa Catarina (Blumenau), o Jornal do Vale (Guaramirim) e o A Notícia (Joinville). Além desses, lemos os jornais A Cidade, Tribuna Popular, Alternativa, Jornal do Médio Vale, Decisão e Dimensão, todos de Jaraguá do Sul.

2 – O uso do jornal como fonte já foi discutido por vários autores, como: Capelato e Prado (1980), Capelato (1988) e Mamou (1991).

3 – Nos anos 1970 os jornais noticiavam a mendicância que, em determinado momento, passa a ser apontada como problema. Até então, a cidade orgulhava-se de não possuir mendigos, muito embora houvesse “lá um ou outro inválido, conhecido de todo o mundo, com freguesia certa”.

4 – Neste ano a Ação Social de Jaraguá do Sul estava completando 30 anos de fundação. Fundada em 15/11/1964 por um grupo capitaneado por Dorval Marcatto e Carmem Piazeria Breithaupt, tinha como lema “Ensinar a pescar e não dar o peixe”. Seu objetivo era “Promover o outro, dar aos menos afortunados a oportunidade de se integrarem à sociedade. Valorizar a pessoa humana, proporcionando à nossa clientela meios para adquirirem um melhor padrão de vida, com maior segurança, levantando-lhes a moral, fazendo-os sentirem-se úteis à sociedade” (Baumer, 1994).

5 – Relembremos a matéria sobre as 11 mil famílias assistidas pela Secretaria de Bem-Estar Social. Segundo o

cadastro, cerca de 20% eram de famílias migrantes. E o resto? De jaraguenses? Pela informação sim, o que equivalia acerca de nove mil. Pois bem, a pobreza era uma realidade da cidade, e não só resultado do processo migratório, como queriam fazer crer as autoridades.

6 – Agora, pelo visto, eles esqueciam que eram, também, responsáveis pela vinda dos migrantes, na medida em que tinham contribuído para consolidar a propaganda de Jaraguá do Sul como um lugar de muitos empregos e oportunidades, conforme várias entrevistas com moradores do Morro da Boa Vista e da Pedra.

7 – O alerta social para a presença e crescimento da pobreza e da miséria dirige-se diretamente ao poder público, manifestando a clara percepção de que cabe a esse poder o controle sobre a organização do espaço urbano e o dever de garantir os direitos a todos.

REFERÊNCIAS

- BAUMER, Gerd Edgar
(1994) *Resumo histórico da ação social em Jaraguá do Sul*. Mimeo.
- CAPELATO, M. Helena e PRADO, M. Lígia
(1980) *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega.
- CAPELATO, M. Helena
(1988) *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Editora da USP/Contexto.
- COSTA, Iara Andrade
(2000) “A cidade da ordem: Joinville, 1917-1943”. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville, Editora da Univille.
- MAMOU, Yves
(1991) *A culpa é da imprensa! Ensaio sobre a fabricação da informação*. São Paulo, Marco Zero.
- PREFEITURA MUNICIPAL de Jaraguá do Sul
(2001) *Agenda 21 Local*. Jaraguá do Sul.
- VAINER, Carlos B.
(1995) “Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?” In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas*. Mercado Aberto, Porto Alegre.

MIGRAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA

Estudos de caso em uma cidade metropolitana (Canoas/RS)

*Cleusa Maria Gomes Graebin **
*Danielle Heberle Viegas ***

Ao refletir sobre a formação da cidade de Canoas, situada na Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (Brasil), nos reportamos a um mosaico. A cidade, hoje uma referência por sua localização estratégica e seu parque industrial, encontra no fenômeno da migração uma de suas principais características históricas. Canoas tem acolhido em diferentes momentos de sua constituição, seja como vila do município de Gravataí ainda no século XVIII, ou como cidade emancipada a partir da década de 1940, diferentes fluxos de migrantes: contingentes de europeus em fuga dos cenários das duas grandes guerras mundiais; contingentes saídos da zona rural e de pequenos núcleos urbanos do Estado; migrações em modalidades mais curtas, intrametropolitanas. O elo é a busca de trabalho, melhores condições de vida e nas últimas décadas, moradia, com a participação de indivíduos e famílias nos movimentos de ocupação de espaços irregulares.

A intensificação das migrações para a cidade deu-se a partir da

segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, na esteira do processo histórico da globalização no qual se inseria o Brasil e no da urbanização vertiginosa quando se formavam grande parte das cidades metropolitanas do país. Assim, ao estudar Canoas, confirma-se a tendência de pensar os fenômenos sociais da migração/urbanização/metropolização em perspectiva entrelaçada.

É a partir desse eixo temático que fluem as reflexões que fazemos nesse trabalho cuja origem está nas pesquisas desenvolvidas nos projetos *Canoas: para lembrar quem somos*¹ e *Festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul*². São dois estudos de caso com os quais pretendemos contribuir para as reflexões sobre migrações no Brasil. A porta de acesso são as memórias de migrantes, decodificadas a partir de depoimentos orais³.

O dois casos são interessantes exemplos de modalidades diversas de como se apresentam as questões relativas à migração e segregação em bairros da mesma cidade. Cabe explicar que segregação⁴ está sendo entendida aqui como fenômeno

relacional, isto é, dizendo respeito à dimensão do isolamento e interação entre indivíduos e grupos diferentes em uma mesma área, vivenciados cotidianamente. Leva-se em conta o espaço urbano como campo simbólico e de lutas no qual se articulam desejos, expectativas, valores, saberes e experiências (O'Neill, 2003; Correa, 2003; Mayol, 1996).

O primeiro estudo de caso refere-se à segregação e à construção de pertencimentos a partir da celebração do Terno de Reis, por migrantes que ocuparam terras irregulares, constituindo a Vila Santo Operário, no Bairro Mathias Velho; o segundo, refere-se ao Bairro Fátima, e busca enfatizar as relações entre moradores, os antigos, descendentes das famílias fundadoras do bairro e os novos, representados por famílias de migrantes de diferentes procedências.

Os dois bairros tiveram sua formação fortemente relacionada com as migrações ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970 para Canoas, como relata o ex-prefeito da cidade, Carlos Lourenço Giacomazzi (gestão 1986-1998):

[...] Foi aquela fase de migração violenta do homem do campo para os grandes centros. [...] Então a migração para cá foi algo fantástico porque contavam aquelas histórias que Canoas era uma medalha de ouro que tinha um só verso, não tinha dois! Eles mostravam só o bom. O pessoal aqui chegava não encontrava emprego, não tinha moradia. [...] (Penna et al., 2000, p. 80)

Em relação aos aportes teórico-metodológicos do trabalho, nos baseamos em Hall (1999), para discutir a vinculação entre identidade e construção de pertencimento aos processos de migração no mundo contemporâneo, quando analisamos o caso da Vila Santo Operário; em Polack (1989) para as reflexões sobre o Bairro de Fátima, ao evidenciar memórias oficiais e subterrâneas que compõe a segregação de territórios de existência no Bairro.

Quanto às fontes, as orais se constituem como privilegiadas, pois iluminam diferentes memórias sobre o passado e relevam aspectos obscuros sobre a vida cotidiana, os conflitos e os significados (re)estabelecidos em relação à nova cidade de moradia. Nesse sentido, cabe destacar, brevemente, a problemática travada entre memória e oralidade. Para Michel de Certeau (1998, p. 153) “no relato não se trata mais de ajustar-se o mais possível a uma realidade e dar credibilidade ao texto pelo “real” que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção”. Assim, o nosso olhar, ao ser direcionado para as fontes orais, estará disposto a perceber omissões, esquecimentos e subjetividades compartilhadas nas entrevistas.

Com base nas situações apresentadas, passamos a nos debruçar sobre nossos objetos de estudo.

VILA SANTO OPERÁRIO

Da segregação à construção de pertencimentos

A Vila Santo Operário originou-se da ocupação das terras do antigo Jóquei Clube de Canoas, situado no Bairro Mathias Velho. Era espaço dado a alojamentos e os primeiros ocupantes não tinham acesso a água, esgoto e luz elétrica. A ocupação foi realizada de forma organizada, através de uma comissão dos já estabelecidos que recebia os novos moradores, mantendo o traçado das ruas, e articulando desta forma o “futuro loteamento”, mesmo sob a repressão promovida pelas autoridades municipais e estaduais, bem como as constantes ações do aparato policial⁵.

Foi naquele momento de intensas negociações, de utilização de estratégias de resistência e de acomodações que um grupo de pessoas, constituído por membros de uma mesma família — os Flores⁶ — iniciaram negociações com os rumos de sua vida na Vila — O que será de nós? Como somos representados? Como isto nos afeta?

Hall afirma que a construção de identidades deve ser compreendida como “sempre em processo, sempre sendo formada [...] preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (1999, p. 38-39). Então, foi em meio às privações decorrentes da situação ilegal da ocupação de terras, às lutas pela conquista da cidadania e sendo segregados por diferentes indivíduos, grupos sociais e instituições como “invasores” e “desordeiros” que os membros da Família Flores decidiram retomar a celebração da qual participavam no seu local de origem (Barros Cassal), ou seja, o Terno de Reis.

Maria Noeli Flores Borges (2006)

testemunha que a criação do Terno foi “pra resgatar a cultura, que é uma cultura que existe mais para o interior e pra reunir também as famílias [da Vila Santo Operário], que a gente iniciou com as famílias do interior que já conheciam [o Terno de Reis]”. A união das famílias em torno desta celebração e a criação da Associação Terno de Reis deu início, entre outros fatores, à mudança do olhar dos demais habitantes do Bairro Mathias Velho e das autoridades sobre os moradores da Vila Santo Operário. Adão Flores (2006) rememora a primeira vez em que o Terno foi celebrado:

Eu não esqueço que logo que a gente começou a cantar, que nós viemos da Florianópolis [rua do Bairro Mathias Velho], dá para ver que até os policiais estavam a nosso favor, eles alcançaram nós e continuaram meio devagar e fizeram continência para nós por causa da Bandeira do Divino, que nós trazíamos junto. Eu nunca vou esquecer isso aí. [...] todo mundo respeita por causa da Bandeira do Divino.

Ao “dezenraizamento”⁷, os moradores da Vila, opuseram a união em torno de uma celebração que lhes resgatou sentimentos de pertencimento e vínculos afetivos. O estudo deste caso desvelou-nos, como coloca Revel (1988), as formas pelas quais, indivíduos ou grupos, no interior de uma configuração dada, constituem e refazem identidades coletivas⁸. O Terno de Reis foi o objeto de mediação encontrado para que os migrantes vivenciassem, de maneira menos sofrida, a inserção em um mundo novo. No aconchego do vivido, do já experienciado, deu-se a aproximação com o “outro”. Assim, os moradores da Vila Santo Operário aprenderam a lidar com as diferentes situações surgidas no seu cotidiano e passaram

a construir um espaço vital com novas pessoas significativas. Entre outros, o Terno de Reis serviu como moeda de troca, estreitando laços e possibilitando a comunicação.

O Terno de Reis de Canoas incorporou elementos novos, ou seja, a Bandeira do Divino e a grande refeição partilhada pela comunidade, presentes na celebração em honra ao Espírito Santo. Foi instituído uniforme para os seus membros, pois conforme Adão Flores (2006), os cantadores seriam “mais bem identificados e o grupo seria mais organizado” e foi criada a Associação, para cuja sede os moradores da Vila acodem nas datas de apresentação do Terno. Tendo em vista o índice de criminalidade no local, atualmente, são evitadas as visitas noturnas às casas, concentrado as festividades na Associação.

Houve assim, uma atualização do Terno, que remete às antigas tradições, apropriando-se de ritos e códigos de outras celebrações, adaptando-se ao contexto e garantindo “outro olhar” da população do Bairro Mathias Velho para os moradores da Vila. Quanto a isto, Evandina Varela Padilha (2006), moradora do Bairro Mathias Velho, diz:

eu só sei que aqui na Mathias o povo [Terno da Santo Operário] é bem conhecido, porque cada vez que eles passam, eles cantam de longe, se vê eles cantando, aí, toda a vizinhança sai pra rua escutar.[...] festa muito linda, muito linda mesmo, a gente não esperava, e todos os anos assim que eles vêm, é assim, óh, mesmo a gente sabendo que eles vão chegar, é uma surpresa pra gente, é a coisa mais linda que eles inventaram aí, né, foi o Terno de Reis [...].

Então, não mais “desordeiros” e “invasores de propriedade alheia”, mas arautos do nascimento de Jesus e portadores da Bandeira do Divino. O

Terno foi uma estratégia para incrementar a interação social, contribuindo para promover sociabilidades.

SEGREGAÇÃO NO BAIRRO DE FÁTIMA

Significados (com)partilhados

O Bairro Fátima foi formado inicialmente por quatro pequenas vilas em uma várzea alagadiça onde se plantava arroz, verduras e frutas. Os seus primeiros moradores eram majoritariamente descendentes de imigrantes alemães, que se estabeleceram no bairro a partir da década de 1920. Com o passar dos anos e crescimento da industrialização, os antigos moradores do Fátima começaram a conviver com a chegada de novos migrantes, que, a partir de 1960, visualizam a cidade de Canoas como seu novo lar.

As permanências, rupturas e conflitos desse processo tornam-se um objeto de pesquisa, no momento em que levamos em conta as segregações materiais, espaciais e sentimentais que se tecem no Bairro de Fátima até a atualidade. Nesse sentido, a partir de agora, os depoimentos orais irão nos aproximar do passado e do presente do bairro e, principalmente, nos contarão o que existe entre esses períodos históricos. É por isso que vamos começar nossa investigação a partir de uma característica marcante do Bairro, relatada por Nizorreti Américo (2007), morador do Fátima há 40 anos. Ele diz:

O pessoal do centro do bairro mesmo, é praticamente os mesmos...É um bairro que não tem muita rotatividade né, a maioria são proprietários...É um bairro, como eu citei, estritamente residencial.

O depoimento acima nos fornece uma importante via de acesso a alguns dos significados (com)partilhados no

Bairro de Fátima. Questiona-se: a que centro o morador está se referindo? Trata-se de um centro espacial, ou também subjetivo? Quem são os moradores do centro do Bairro? E ainda: não há, realmente, rotatividade no Bairro de Fátima? Tais perguntas se configuram como ferramentas de pesquisa para pensarmos sobre a temática da segregação no Bairro, pois logo descobrimos como se formou o centro do Fátima...

É que os colonos que vieram, muitos aí vieram com mãe e com pai aí né... Vieram pra cá comprar essas terras e lotearam tudo. Eles vieram pra cá, faziam chácaras.... (Nilton Leal Maria, 2007).

E também quem eram os seus moradores...

(...) eram tudo descendentes de alemães. Geralmente eles dão o nome de ex-proprietários, tem uma rua aqui, a rua da passarela, na Fátima que é também o nome do proprietário... (Osmar José Arnecke, 2007).

Os relatos selecionados nos indicam que só poderemos pensar sobre a segregação no Bairro de Fátima, ao lançarmos luz sobre a origem do Bairro, e também sobre o seu centro. É nesse sentido que podemos falar do confronto de memórias dentro do Bairro (Polack, 1989), pois se, por um lado, há uma memória oficial do Fátima, inscrita nos nomes de ruas e nas lembranças dos moradores mais antigos, essa convive, igualmente, com memórias subterrâneas, de moradores que não têm sua identidade registrada e/ou agregada à história dos pioneiros do Bairro. E quem são eles? Onde moram no Bairro? Como construíram seus territórios de existência na região? Segundo Nizorreti (2007):

São gente que vem de fora... Provavelmente vem do interior,

como há quarenta e tantos anos atrás eu vim né, só que daquela época numa outra condição né, numa região que tava recebendo é... imigrantes né... para trabalharem, porque havia trabalho...e tudo mais...

Esse instigante relato nos revela uma importante questão sobre os processos migratórios e imigratórios: o contexto em que se efetuam. Ora, se na década de 1950, houveram migrações para o Bairro de Fátima interligadas ao crescimento e a emancipação da cidade de Canoas, o mesmo não se pode observar a partir das décadas de 1980 e 1990, quando milhares de pessoas buscam as regiões metropolitanas em busca de trabalho e sustento. O Bairro de Fátima exemplifica, a partir de seus casos, um fenômeno social que não ocorreu somente em seus limites territoriais, mas em todo o país na época: são áreas ocupadas, pobreza emergente, moradias irregulares. Esses aspectos formam uma segregação subjetiva no Bairro de Fátima, pois não se trata somente de uma determinada condição social ou material, mas antes, do encontro com o “outro”, de “fora”, alheio ao “centro” do Bairro. Os moradores nos contam como:

Então a gente observa que tem, tá vindo de fora esse pessoal... Um pessoal muito pobre, que tão ficando na volta do bairro né... Isso de uma certa forma, causa cada vez mais uma insegurança...com aquele pessoal ali, porque não são pessoas conhecidas, são pessoas que não são do meio. (...) normalmente são pessoas muito pobres que num primeiro momento se instalaram lá...com barracos com coisa né...hoje a própria Prefeitura vem dando um cuidado maior pra aquilo ali, vem construindo né... (Nizoretti Américo, 2007).

O reflexo mais imediato, visível aos olhos, e sensível às subjetividades, é a

segregação espacial do Bairro que, na atualidade, após diversos processos de loteamento, é conhecido por seus condomínios fechados, que transformaram a paisagem do Bairro:

Agora a notícia é essa construção desse condomínio aí. Então acho que isso tinha um barrero aqui e diz que eram muitos... até toda a criançada da zona do bairro aqui ia tomar banho naquele barrero (...) agora tá tudo feito condomínio em cima. (Inês Duplê)

As segregações se delimitam também a partir de processos mais passageiros, embora igualmente marcantes. Esse é o caso das festas e celebrações que acontecem no principal local de convívio social do Fátima: o Parque Eduardo Gomes. Ponto de referência, espaço notado pela memória oficial, o chamado “Parcão” é freqüentemente utilizado para a realização do Carnaval da cidade de Canoas e outras confraternizações. Nesses casos, a segregação se manifesta a partir de invasões sonoras e visuais, e também subjetivas e materiais: seja pela música, seja pela presença maciça dos de “fora” ou pelos danos materiais ao Bairro.

Ocorrem também, às vezes, alguns distúrbios, arruaças no bairro, às vezes junto à Semana Farroupilha e até mesmo o Carnaval, (...) existem gangs urbanas e se rivalizam, por exemplo, a gang da Rio Branco [Bairro de Canoas] com as gangs do Bairro Fátima...Então vão passando pelas ruas, essas gangs, (...) saem apedrejando casas durante a noite, quebrando lixeiras, arrancando placas de sinalização, né: destruindo paradas de ônibus... (Carlos Eduardo Nascimento, 2007).

Por fim, destaca-se um último desdobramento sobre migração e

segregação no Bairro de Fátima e na cidade de Canoas. Além de uma segregação interna ao Bairro, o fenômeno das múltiplas migrações a partir da década de 1950 está relacionado com a metropolização da cidade, e com o surgimento de um dos aspectos mais segregadores que a urbanização do período causou: o estigma de cidade-dormitório:

Quase toda a Canoas é assim hoje. As pessoas nasceram em Canoas, mas até uns anos atrás inclusive Canoas era considerada dormitório de Porto Alegre, pessoas que saíam de manhã pra trabalhar e só voltavam pra dormir. (Carlos Eduardo Nascimento, 2007)

Pensando a respeito das diversas manifestações e expressões que a segregação pode assumir em um processo de migração, paralelo à metropolização e urbanização de uma cidade, encerramos aqui o acompanhamento do estudo sobre o Bairro de Fátima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A união de dois estudos de caso sobre bairros de uma cidade metropolitana fornece importantes questões a respeito da relação entre os processos de migração/metropolização/urbanização/segregação. Revela, também, diferentes manifestações de processo de segregação, seja ele marcado pela distribuição de espaços em um bairro, pelas relações geradas entre os moradores ou pelas memórias oficiais e subterrâneas.

No caso da Vila Santo Operário, situado na borda de um bairro habitado por representantes das classes desfavorecidas, a construção identitária e a própria espacialidade foram condição para a transformação de relações sociais e para suplantar a segregação,

possibilitando uma nova posição dos seus moradores na teia sócio-espacial. O elemento facilitador foi a celebração do Terno de Reis, por si só, uma festa agregadora, permeada por símbolos e signos que apontam para vizinhanças, camaradagens e sociabilidades.

O Bairro Fátima articula timidamente seus processos de segregação, mas seja nos silêncios e nas omissões, seja em pequenas alusões, ela sempre está lá: nas referências aos "de fora" do bairro, na construção de condomínios e nas citações sobre os que se "instalaram" ao redor da área central do Bairro. Vale lembrar que o centro não é somente espacial: trata-se de um centro simbólico, o dos pioneiros, primeiros migrantes que, antes da década de 1950, já haviam se instalado no Bairro. A segregação, no caso do Fátima, também extrapola os limites do bairro, pois fomentou durante décadas o estigma de cidade-dormitório para Canoas, e hoje se estende ao medo do "outro", o que frequenta as festas no parque localizado no bairro.

A reconstrução das vidas dos migrantes em Canoas tem sido extremamente problemática, pois necessitam encarar desafios relativos à negociação de moradia, emprego, educação para os filhos e atendimento médico entre outras necessidades. Outro impacto que sofrem é o de reconstruir vizinhança e solidariedade, em meio a um universo já estruturado de redes de camaradagem. Concomitante, no cotidiano, dá-se a luta das famílias pela sobrevivência, reconstruindo suas vidas e rearticulando identidades. Nesse sentido, pode-se destacar as próprias (re)formulações que um processo de segregação pode sofrer, no caso da Vila Santo Operário através do Terno de Reis, e, no exemplo do Bairro de Fátima, atualmente, com a construção de condomínios fechados, que

consagraram materialmente a segregação das subjetividades do bairro.

* **Cleusa Maria Gomes Graebin é Doutora em História (Unisinos/RS) e Profª do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS).**

** **Danielle Heberle Viegas é Bacharelada em História (Unilasalle/Canoas/RS).**

NOTAS

1 - Iniciado em 1994, o projeto é uma parceria entre o Unilasalle e Prefeitura Municipal de Canoas e apresenta, a cada nova edição, um livro sobre a história de um dos bairros da cidade de Canoas. As pesquisas são realizadas a partir de fontes orais.

2 - O Projeto pesquisa as festas do Espírito Santo, Terno de Reis e Cavalhadas e é financiado pelo CNPq, Fapergs e Unilasalle.

3 - Todas as entrevistas foram realizadas com consentimento informado, e devidamente autorizadas para fins de publicação e divulgação.

4 - Sobre segregação é importante ver os seguintes autores: Lefebvre, 2004; Castells, 1983; Villaça, 1998; Corrêa, 2003; Sogame, 2001.

5 - Em Penna et all. (2000), podem-se ler os relatos dos ocupantes da Vila Santo Operário sobre a atuação da polícia militar, nas diversas ações de despejo movidas contra aqueles.

6 - São oriundos do interior do Estado do Rio Grande do Sul, da cidade de Barros Cassal. O casal e seus oito filhos chegaram a Canoas (RS) no ano de 1975.

7 - Em Ecléa Bosi (1998) vemos que o desenraizamento é uma espoliação das lembranças advinda da mobilidade extrema, produzida pelas pressões econômicas, desagregando a memória. Nas famílias mais pobres essa errância impede a sedimentação do passado e a crônica da família e do indivíduo é perdida no percurso.

8 - A festa pode ser a força aglutinadora dos cotidianos dispersos. O espaço em que esta se realiza, é, também, um espaço plural, permitindo a emergência de múltiplos mecanismos promotores de sociabilidade. Ali, as pessoas se encontram, novas relações são iniciadas e até negócios são firmados. É um tempo de se mostrar, de comunicar algo, além do próprio momento de confraternização (Graebin et all., 2006).

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa
(1998) *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 6ª ed. São Paulo: Schwarcz Ltda.
- CASTELLS, Manuel
(1983) *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CERTEAU, Michel
(1998) *A invenção do cotidiano - 1. Artes do fazer*. Rio de Janeiro: Vozes.
- CORRÊA, Roberto Lobato
(2003) *O espaço urbano*. 4ª ed. São Paulo: Ática.
- GRAEBIN, Cleusa M. G. et. all.
(2006) "Na trama do cotidiano: histórias de vida de mulheres de descendência luso-açoriana". In: PAIVA, Sérgio Rosa de. *Mulheres do Rio Grande do Sul: diversidade*. Porto Alegre: Sferasrp.
- HALL, Stuart
(1999) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEFEBVRE, Henry
(2004) *A Revolução Urbana*. Tradução de Sergio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MAYOL, Pierre
(1996) "O Bairro". In: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano - 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 37-69.
- O'NEILL, Mônica Maria
(1983) *Segregação Residencial: um estudo de caso*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- PENNA, Rejane Silva; CORBELLINI, Darnis; GAYESKI, Miguel
(2000) *Canoas para lembrar quem somos: Mathias Velho*. Canoas, RS: La Salle.
- POLACK, Michel
(1989) "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº3, 1989, p.3-15.
- SOGAME, Maurício
(2001) "Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial". *Geografes*, Vitória, nº 2.
- VILLAÇA, Flavio
(1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.

Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca *Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca*

O PAPEL DA ENFERMAGEM E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM UM CONTEXTO MULTICULTURAL **Experiência de atendimento em uma UBS/PSF do município de São Paulo**

Maria Cristina Nava

Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2008, 76 p.

Este estudo tem como objetivos identificar os desafios da enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) que atuam em uma realidade multicultural, dentro de uma entidade de saúde (UBS/PSF) do município do São Paulo; constatar como o atendimento aos pacientes de etnia, cultura, religião e nacionalidades diferentes influencia o processo de cura e o relacionamento paciente/enfermagem/ACSs; verificar a exigência de uma formação intercultural específica para o enfermeiro e a sua equipe; propor uma abordagem intercultural de assistência de enfermagem.

EMIGRAR DE ANGOLA E IMIGRAR NO BRASIL

Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro - histórias, trajetórias e redes sociais

Maria Regina Petrus

Dissertação de Mestrado em Geografia, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001, 249 p.

O trabalho enfoca a migração de jovens angolanos para o Rio de Janeiro, principal ponto de destino e concentração desses imigrantes no Brasil. O recorte temporal da pesquisa abrange o período compreendido desde as últimas eleições em Angola, final de 1992, até o momento presente. O processo migratório investigado situa-se no contexto mais amplo das migrações forçadas por situações de guerra e conflitos armados, apresentando características que o especificam no contexto mais amplo das migrações internacionais recentes para o Brasil.

TRABALHO INFANTIL E MIGRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Natália Nunes Ferreira Batista

Tese de Doutorado em Economia FEA/USP, São Paulo, 2006, 117 p.

O presente trabalho visa analisar o impacto que a condição de migração dos pais exerce sobre a alocação do tempo dos filhos entre 10 e 14 anos no estado de São Paulo. A atenção volta-se especialmente para a verificação empírica da probabilidade de a criança estudar/trabalhar, separando a amostra do estudo de acordo com as diferentes possibilidades de combinação das condições de migração dos pais da criança.

MIGRAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS NAS CIDADES PEQUENAS

Os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana

Eliseu Savério Sposito

Dissertação de Mestrado em Geografia FFLCH/USP, São Paulo, 1982, 291 p.

A partir de uma revisão da conceituação de migração, sua aplicação ao caso das pequenas cidades da zona rural e a questão da não-migração, este estudo procura explicar a permanência das pessoas nas cidades pequenas, dentro do contexto das migrações das populações, na busca de identificar e determinar a combinação de fatores que atuam no sentido de provocar a fixação de certo contingente de população de origem local ou proveniente de outros lugares.

IMIGRANTES ESPANHÓIS NA PAULICÉIA **Trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922**

Marília Dalva Klaumann Cánovas

Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2007, 484 p.

Esta investigação pretende recuperar, amparada por substantivo corpus documental, a multiplicidade de papéis vivenciados pelo imigrante espanhol na Paulicéia: redes de afazeres e práticas associativas, modos efetivos de incorporação e experiências precárias de acomodação à atividade produtiva da cidade, formas do sociabilidade, enfim, os diversos meios de inserção, as estratégias e as experiências concretas relacionadas à sua trajetória na urbe paulistana entre os anos de 1890 e 1922.

CAMINHANDO SOBRE FRONTEIRAS

Um estudo sobre a escolarização de adultos migrantes

Fernando Frochtengarten

Tese de Doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia/USP, São Paulo, 2008, 144 p.

Fruto da experiência como educador junto a jovens e adultos de origem rural, num curso supletivo de um grande colégio de São Paulo, essa pesquisa nasceu com a intenção de conhecer o lugar ocupado pela escola no contexto das sociedades rurais de origem dos alunos migrantes. Pretende ajudar na compreensão do papel de uma escola na participação do migrante sertanejo na cidade.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e n°; mês(es); n° da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, n° 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do n°.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
N° 63**

**BOLIVIANOS
(Jan-Abr/09)**

**Prazo para envio
de artigos
(15/02/09)**

**TRAVESSIA
N° 64**

**MOBILIDADE
PENDULAR**

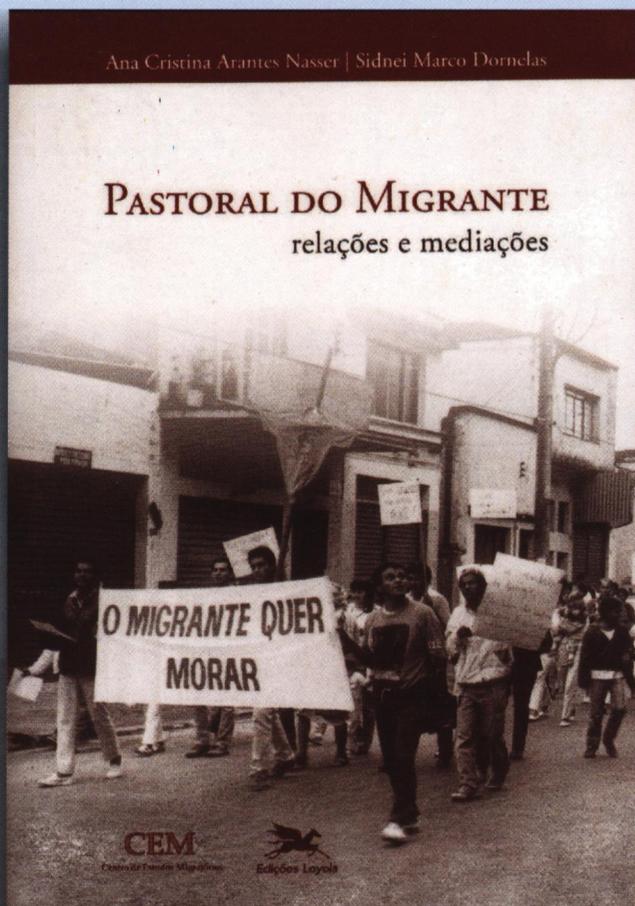
**(Mai-Ago/09)
Prazo para envio
de artigos
(31/03/09)**

**TRAVESSIA
N° 65**

**TRAJETOS
E PAISAGENS**

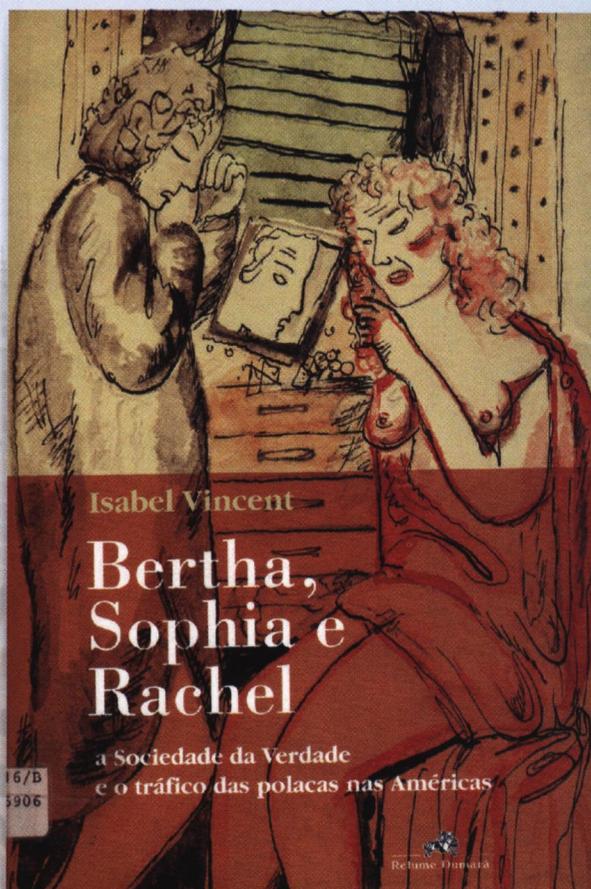
**(Set-Dez/09)
Prazo para envio
de artigos
(31/07/09)**

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



O livro reúne dois trabalhos: um estudo de pesquisa, de caráter sociológico, a respeito da ação da Pastoral do Migrante no contexto urbano e uma dissertação de mestrado, de caráter teológico-pastoral, sobre o agente de pastoral no diálogo entre a Igreja e os migrantes. As páginas do livro traçam um cenário de debate brilhante, específico e amplo a um só tempo. Específico, porque os autores incluem observações corajosas e pertinentes a respeito da Pastoral do Migrante e das Pastorais Sociais, braços da Igreja junto aos setores mais pobres, ameaçados e excluídos da sociedade; amplo, porque tais questionamentos se inserem no horizonte mais vasto do contexto da Igreja e da sociedade.

Durante quase cinco anos a autora dedicou-se à difícil tarefa de lançar luzes sobre uma história que muitos queriam enterrada. E o fez a partir de documentos históricos, estudos acadêmicos e entrevistas, no que foi possível acessar, pois muitos arquivos foram simplesmente destruídos. Trata-se da saga das mulheres judias que viviam na Polônia do começo do século XX, vendidas para a prostituição nos mais diversos países, entre os quais o Brasil. Esta é a parte que versa sobre o tráfico. Outro foco recai sobre as três personagens do livro, que ludibriadas ainda jovens por falsos casamentos e falsas promessas de emprego, traficadas, consideradas impuras, excluídas, tiveram força e coragem para fundar a Sociedade da Verdade, no Rio de Janeiro, onde moravam, para prover assistência mútua em caso de doença ou morte e, sobretudo, para recuperar o conforto dos rituais religiosos que as excluíam.



TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br